



Composição da Comissão de Urbanização, Transporte e Habitação – CUTHAB



Giovani
Culau e
Coletivo



Cassiá
Carpes



Jessé
Sangalli



José
Freitas



Karen
Santos



Pablo
Melo



017ª CUTHAB 28MAI2024

Pauta: Cidade Provisória e Política Habitacional.

PRESIDENTE GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): (10h15min) Estão abertos os trabalhos da presente reunião da Comissão de Urbanização, Transportes e Habitação. Eu quero mais uma vez desejar um bom dia a todos e todas, àqueles e àquelas que ainda não conheço, faço sempre questão de me apresentar. Sou o Ver. Giovani Culau e Coletivo, sou vereador-presidente aqui desta comissão, que é a Comissão de Urbanização, Transportes e Habitação da Câmara. Vi que acabou de entrar aqui na sala também a secretária Simone Somensi, que é a secretária de habitação do Município; nós estávamos te esperando, Simone. Quero compartilhar com todos e todas, e aqui nós temos reunidos representantes do movimento popular e comunitário, representações da Conam, da Fegam, da UAMPA, que é a União das Associações de Moradores de Porto Alegre. Nós temos uma série de lideranças, de associações de moradores espalhadas por cada canto da cidade, nós temos presentes aqui, para além do governo municipal, através da



Simone Somensi e do secretário Jorge Brasil também a representação do governo federal, a partir do ministério extraordinário de Apoio à Reconstrução do Rio Grande do Sul, com a Fernanda Corezola. Nós temos aqui também, para além de mim, os vereadores que compõem a comissão de habitação da Câmara — Ver. José Freitas, Ver. Cassiá Carpes, Ver.^a Karen Santos — e temos também a Ver.^a Abigail Pereira, que compõe a comissão de direitos humanos, mas que participa desta reunião conosco no dia de hoje. Feitos os cumprimentos, eu gostaria já de dar início à nossa reunião. Esta reunião marca a retomada dos trabalhos da comissão de habitação na Câmara depois de um período de interrupção que nós tivemos, fruto da crise que nós vivemos. E, se por um lado, essa crise que nós vivemos tem uma dimensão climática e ambiental, uma crise fruto da emergência climática que nós vivemos, talvez a dimensão de tragédia que toma conta da nossa cidade se relaciona não apenas com o evento climático extremo que nós vivemos e que vivemos também no ano passado em inúmeras ocasiões, mas também, na minha opinião, no meu posicionamento, o sentido de tragédia, de tudo que nós vivemos, também é consequência de erros cometidos, de descasos, de insuficiências que nós tivemos nas mais diferentes dimensões. Nós, inclusive, vereadores que compõem a comissão, há poucos dias, debatemos também aqui, na CUTHAB, vários temas que se relacionam com isso, quando nós discutimos a situação do DMAE e da drenagem. É preciso mencionar que anos atrás nossa cidade perdeu R\$ 124 milhões que poderiam ter sido investidos nas políticas de drenagem em Porto Alegre. Acho que é grave que nós tenhamos extinguido o DEP. E falar sobre isso é muito importante, e sei que, nesse sentido, tenho a opinião comum do Ver. Cassiá e de outros vereadores da nossa comissão, isso é muito importante porque, por vezes, há uma defesa, na cidade e na Câmara Municipal, da privatização do DMAE. Nós discutimos – e vejo aqui, na minha frente, o Ver. José Freitas – aqui, nesta comissão, os motivos e as razões pelas quais o DMAE tem R\$ 400 milhões parado no seu caixa, e que poderiam contribuir para que nós não vivêssemos o que temos vivido nessa dimensão. Então o que busco trazer aqui, para contextualizar o



nosso debate, é que, sem dúvida alguma, vivemos uma crise climática, mas eu não tenho dúvidas de que a tragédia que nós vivemos não é responsabilidade da natureza, ela também se relaciona com a forma como nós construímos e conduzimos a nossa cidade nos últimos anos. E essa tragédia, que tem várias dimensões, tem, sem dúvida alguma, uma das suas principais consequências no direito à moradia, no direito a um teto, no direito a uma moradia digna. Nós chegamos a ter, em Porto Alegre, 15 mil pessoas acolhidas em abrigos. Nós sabemos que temos milhares de pessoas na nossa cidade que estão abrigadas e acolhidas na casa de vizinhos, de vizinhas, de amigos, de amigas de parentes, e isso faz com que, neste momento, um dos temas urgentes da nossa cidade seja discutir a nossa política habitacional, seja discutir também um tema que veio à tona e que me preocupa muito, que é a proposta de uma cidade provisória, isso merece a fiscalização da Câmara Municipal. Isso merece com que a Câmara Municipal contribua para que a população tenha o direito de opinar e de participar do debate, e por isso eu fico muito feliz que nós tenhamos aqui uma reunião da CUTHAB com mais de 100 presenças, que são ativistas, são militantes da luta por moradia, cidadãos e cidadãs de Porto Alegre que se encontram aqui com o poder, com a Câmara Municipal e com o poder público, através duma audiência da CUTHAB. E eu quero compartilhar como que vai funcionar aqui a nossa reunião: nós vamos ter uma manifestação da secretária Simone Somensi, que vai poder apresentar para gente o que o governo municipal tem pensado sobre política habitacional, sobre moradia. O governo municipal, secretária, enviou três projetos de lei à Câmara que se relacionam com a política habitacional, que eu penso ser importante que tu compartilhes aqui no debate conosco. Também queremos poder ouvir de ti, secretária Simone, a visão do Executivo Municipal sobre a cidade provisória. E, depois disso, de imediato, nós passaremos a palavra para a Fernanda, que, como apresentei antes, representa o governo federal neste debate. Também escutaremos a presidenta da UAMPA, que é a Angela Comunal. Os vereadores, a qualquer momento, têm o direito de se manifestar aqui na reunião. E, na sequência, essa é uma questão regimental nossa, abriremos as



inscrições, que terão o tempo de três minutos para suas falas. Ao longo da reunião, gente, para nós não termos problemas com os microfones abertos, todo mundo está com o microfone bloqueado, e, no momento da fala, nós liberaremos aqui, para que todo mundo possa se manifestar. Durante as falas, nós também teremos um cronômetro, que ficará aqui disponível na tela, para que todo mundo possa organizar suas falas. Nós daremos um tempo maior de fala ao governo federal e municipal porque acredito que todos temos a expectativa de compreender as políticas que os governos têm pensado, e também porque nós teremos mais de uma inscrição também da sociedade civil que está aqui presente. Então, Simone, quero, de imediato, passar a palavra para ti. para podermos te escutar e depois a Fernanda, mas antes disso, eu quero apenas deixar registrada também a minha posição, neste momento, quando nós discutimos em particular o tema de habitação, esse já é um dos grandes desafios que a nossa cidade enfrenta, não de hoje, que se agrava com essa tragédia que nós vivemos. E eu penso que nós não encontraremos soluções para esse problema se nós buscarmos soluções únicas e exclusivas. Nós precisamos combinar medidas. Pensar que uma saída única capaz de resolver um problema na dimensão como nós temos nos conduzirá ao erro, e por isso eu sou contra uma cidade provisória que seja um campo de concentração de refugiados climáticos. Eu imagino que é preciso pensar. Os prédios privados, os apartamentos vazios, as casas privadas desocupadas na nossa cidade, que são mais de 100 mil, nós precisamos pensar como é possível aproveitá-las para moradia de interesse social. Nós precisamos pensar os prédios públicos que estão ociosos e desocupados, em reverter eles para moradia de interesse social, e, nesse sentido, penso que o Executivo deve examinar, interromper a venda dos seus terrenos e dos seus prédios próprios. Penso que essa é uma medida que precisa ser, com muito carinho, examinada. Nós precisamos, sim, de modo imediato, pensar alternativas temporárias, como são as moradias solidárias, e o governo, inclusive, enviou um projeto nesse sentido, mas quando se refere à cidade provisória, eu tenho algumas preocupações: nós não podemos permitir com que o provisório vire definitivo;



nós não podemos permitir que saídas como essas não contem com a participação e o controle social, a participação e o controle social são imprescindíveis nesse momento; e, ao invés de pensarmos um único lugar que pudesse concentrar aqueles e aquelas que hoje precisam de um teto para morar, eu acredito que nós precisamos, se for necessário, pensar abrigos provisórios, que nós tenhamos abrigos descentralizados, em que as pessoas possam ser abrigadas perto das suas regiões de origem, preservando as relações de vizinhança, garantindo nesses lugares acesso à assistência, saúde e educação.

Na minha opinião, e foi nesse sentido que enviei um posicionamento ao governo municipal, essas deveriam ser as diretrizes que deveriam nos conduzir. Quem ficou sem moradia no Lami, não irá para o Porto Seco para ter direito à moradia. Nós precisamos pensar uma construção coletiva, ouvindo a cidade de forma descentralizada, e sempre tendo a seguinte preocupação: se nós pensarmos que qualquer lugar é melhor do que a situação em que se está hoje, nós corremos o risco de repetir tragédias, como foi a da Pousada Garoa. A ideia de que qualquer lugar é melhor do que se tem hoje, pode nos fazer desrespeitar a dignidade humana, o direito à moradia digna, e nos levar a tragédias como nós já vimos recentemente na nossa cidade.

Então quero agradecer, mais uma vez, a presença de todo mundo, bastante feliz com que mais de 100 pessoas estejam aqui para o debate conosco. Nós começamos os trabalhos da CUTHAB este ano discutindo exatamente como preparar Porto Alegre para emergência climática e para nova realidade climática. Esse não é um tema novo entre nós; então, agora passo para ti, secretária Simone, para que possa fazer a tua manifestação; a partir daí damos sequência aos demais convidados, aos vereadores. As inscrições vão se dar pelo chat; quem tiver interesse em fazer uso da palavra deixe seu nome no chat. Peço a todos que forem falar que registrem o seu nome e quem representam para que fique registrado nas notas taquigráfica. Muito obrigado, gente. A palavra está contigo, Simone.



SRA SIMONE SOMENSI: Bom dia, Ver. Giovane; em seu nome cumprimento todos os vereadores aqui presentes nesta reunião, cumprimento também todos os representantes de entidades, da sociedade civil, das comunidades, quero dizer que é um prazer e um privilégio poder estar conversando com vocês aqui sobre habitação, em especial Habitação de Interesse Social, nesse momento tão crítico pelo qual a nossa cidade está passando, em função dessas enchentes. Todos nós conhecemos alguém ou temos alguém muito próximo, que sofreu esses danos. Pessoalmente todos os moradores de Porto Alegre foram atingidos de alguma forma; isso é muito duro, e o nosso trabalho aqui... Tem sido esse nosso trabalho da administração pública municipal, tentar construir planos de ação e estratégias para minimizar esses impactos que foram efetivamente devastadores aqui para a nossa cidade. Então estamos tentando resgatar a nossa cidadania, a nossa dignidade, nosso senso coletivo de cidade, de uma Porto Alegre mais forte que é o que nós queremos, voltar a ser forte aqui em Porto Alegre. Ver. Giovani, eu quero tentar aqui demonstrar para vocês, explicar para vocês qual foi a estratégia que nós desenvolvemos, em termos de habitação, para poder enfrentar essa crise e esse problema grave que surgiu em função das enchentes. A primeira preocupação que nós tivemos foi levantar os dados, os números das pessoas atingidas, qual era o tamanho que a gente ia enfrentar em relação ao problema das enchentes. Nos concentramos alguns dias – algumas das nossas equipes estão ainda concentradas nessa tarefa de levantar dados. Então, fizemos um mapeamento da mancha, lançamos sobre esse mapeamento da mancha uma série de dados que nós tínhamos aqui, dados de Cadastro Único, dado de núcleos informais, dados dos empreendimentos do DMAB, para poder mapear e verificar o quanto da nossa cidade foi atingida, quantas pessoas foram atingidas. E os números, gente, são números astronômicos, impressionantes. Então, quero falar um pouquinho aqui, no primeiro momento, desses números. Em primeiro lugar, 35% do território de Porto Alegre foi atingido pelas enchentes, então nós temos um terço do nosso território alagado. Nesse um terço de território alagado, nós temos 150 mil famílias atingidas. Dessas 157 mil famílias atingidas, a gente



tem 25 mil famílias que estão cadastradas no CadÚnico, ou seja, estão, de alguma forma, sendo atendidas pelos programas sociais do governo, sejam eles em nível estadual, federal ou municipal. E, desse número de 25 mil, praticamente 7 mil famílias têm indicativo de vulnerabilidade extrema, que é a renda per capita menor de R\$ 200,00. Então vocês vejam que uma população muito vulnerável bem considerável foi atingida pelas enchentes, que casa com o nosso número de territórios de interesse social, de habitação de interesse social atingidos. Nós tivemos 127 locais, núcleos de habitação de interesse social atingidos pela enchente, todos eles mapeados por nós. Estamos estabelecendo grau de vulnerabilidade desses territórios para poder aplicar regras de priorização nos nossos atendimentos.

Um dos elementos que a gente montou aqui, que foi necessário para a gente poder ter mais dados, foi o registro unificado das pessoas atingidas pela enchente. Esse registro unificado é um cadastro que está sendo feito; ele começou pelos abrigos, para a gente ter os dados de abrigagem, inclusive, e esse dado também é um número impressionante: a gente teve mais de 300 abrigos abertos em Porto Alegre, oficializados pelo Município, com acompanhamento do Poder Público municipal, praticamente 180, e cerca de 13 mil pessoas em situação de abrigamento. Ainda hoje permanece um número bastante elevado de pessoas que estão nos abrigos que acolheram as pessoas que foram atingidas pelas enchentes. Esse cadastro, então, casa os dados dos abrigos, os dados de Cadastro Único. A gente vai usar esses dados todos depois... (Problemas na conexão.) ...mapear bem os dados aqui dos números com os quais nós vamos ter que trabalhar de agora em diante. Vocês estão me ouvindo bem? Vi que deu uma cortada na internet. Para vocês terem uma ideia, em relação ao número de cadastros e tudo mais, a gente teve até hoje cerca de 45 mil cadastros efetuados no registro unificado. E a gente passou, gente, mais quase um ano fazendo cadastramento para o Programa Minha Casa, Minha Vida, para ter um mapeamento atualizado da nossa demanda habitacional de interesse social, e nós temos cadastrados 30 mil pessoas no nosso banco de dados, aptas a receber, que estavam na nossa lista de espera,



na habitação de interesse social. E agora, dos atingidos, nós temos mais de 45 mil, e a gente sabe que esse número vai aumentar bastante porque as pessoas estão operando o cadastro. Então, vejam a discrepância dos números, que nós tínhamos como uma habitação prioritária, e com aquilo que a gente vai atender agora em decorrência das enchentes. Então, primeira estratégia, é a gente ter dados bem concretos para poder trabalhar e essa estratégia está em pleno desenvolvimento.

Em relação à questão de abrigagem e atendimento da população a curto prazo. Isso, certamente é um problema que diz respeito à moradia das pessoas, mas não é uma estratégia que o DEMHAB vai trabalhar como uma estratégia de moradia definitiva. Então a gente está centrando as forças aqui no Departamento Municipal de Habitação para poder levar às pessoas opções de moradia definitiva. As provisórias, que é a abrigagem, cidade provisória, estão sendo tratadas pela assistência social e pelos outros órgãos do governo. Então eu vou deixar meus colegas que vão estar aqui presentes na reunião, falarem sobre esse tema, sobre a abrigagem e sobre cidade provisória. O DEMHAB não está tratando disso, não está conduzindo essas estratégias iniciais de curto prazo para atendimento das famílias, *Ok?* Eu vou falar sobre moradia definitiva e sobre os planos de ação que nós estamos montando com esse foco. A gente anunciou então, e está em tramitação ali na Câmara de Vereadores, os projetos de lei relativos aos programas que o Município já trabalhou e que vai reforçar agora. Então eu falo primeiro do Compra Compartilhada que é um projeto de lei que é para a faixa dois e a faixa três. Não é a prioridade do DEMHAB, mas é um programa que a gente entende que nesse viés de população atingida, a gente tem população atingida de todos os níveis sociais, daqui a pouco é um programa que terá que ser operacionalizado, é interessante. A gente aumentou a faixa de renda para o Compra Compartilhada de R\$ 4 mil para 8 mil famílias, o enquadramento da possibilidade de a família poder financiar o seu imóvel, através dos programas da Caixa, dos financiamentos da Caixa Econômica Federal, podendo ampliar a demanda em função da calamidade. Esse é o nosso primeiro projeto de lei que foi para a



Câmara. O segundo, em relação ao bônus-moradia que é o programa do governo federal, denominado compra assistida, em que a gente simplesmente desburocratizou o processo. A gente colocou algumas normas para que a gente pudesse tramitar isso de maneira mais rápida e a gente pudesse alcançar, para população, soluções habitacionais. Essa solução de maneira mais agilizada, com menor prazo de entrega do bônus moradia. Então há regramento que foi para a Câmara basicamente para simplificar a tramitação administrativa, e a gente poder ter mais agilidade no bônus moradia. E o Estadia Solidária é o programa, que foi lançado nas últimas duas enchentes de setembro e de novembro, de amparos aos atingidos dos alagamentos, basicamente o pessoal das ilhas e da Zona Sul naquelas duas oportunidades. O Estadia tem como objetivo poder dar uma condição de a pessoa resolver essa situação de moradia, enquanto não ver uma solução definitiva ou enquanto ela não puder voltar para o seu imóvel; é uma ajuda. E a gente passou de R\$ 700,00 para R\$ 1.000,00, uma ajuda mensal que é um depósito em dinheiro na conta do atingido para que ele possa manejar esse recurso para poder resolver essa situação de habitação enquanto a gente não dar uma solução definitiva ou ele não consiga voltar para o seu imóvel. A gente ampliou também esse prazo de seis meses para 12 meses porque, pelos nossos planos de trabalho, a gente verificou que, em seis meses, talvez a gente não tivesse como alcançar para as pessoas uma solução definitiva de moradia. Nos nossos planos de ação, quando a gente fala de moradia, não existe fórmula mágica, pessoal. Construir casas a gente que não se constrói do dia para a noite. Oferecer uma moradia, comprar um imóvel tem uma tramitação, tem uma burocracia que a gente não consegue a curto prazo oferecer para as pessoas e, por isso, um prazo mais estendido. Em termos de habitação, acho que esse é um ponto que importante a gente colocar aqui para vocês o que a gente considera curto médio e longo prazo, em termos habitacionais, de entrega de solução definitiva. Curto prazo é até seis meses então, em menos de seis meses, a gente considera curto prazo; de seis meses a dois anos, estamos considerando médio prazo; e com mais de dois anos,



soluções de longo prazo. Esses são os dados que a gente trabalhou nos planos de ações em termos de estratégia. A gente quer continuar utilizando todo nosso leque de programas habitacionais de atendimento às pessoas, então seja ele o bônus, ou seja solidária, compra compartilhada; a gente quer potencializar esses instrumentos e também potencializar a entrega de unidades habitacionais, através do programa Minha Casa, Minha Vida. Eu vou detalhar para vocês cada um desses programas, e a gente também sugeriu e fez toda uma articulação com o governo federal para a gente poder ampliar as estratégias. E agora sobre a ampliação de estratégias eu quero falar um pouquinho para vocês também. Posso continuar falando aqui, vereador?

PRESIDENTE GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Pode, sim, Simone, porque nós queremos ouvir a conclusão do teu raciocínio, mas a gente já está chegando no limite do tempo, mas é bastante importante ouvir o que tu tens a dizer.

SRA. SIMONE SOMENSI: Vou tentar agilizar aqui então. A grande estratégia que a gente montou e o governo federal concordou é a gente comprar todos os estoques de unidades habitacionais do Minha Casa, Minha Vida desenvolvido pelas empresas privadas. Então essa linha de atuação já foi articulada, o governo federal atendeu, e a Caixa é quem vai articular essa ação com a compra das unidades habitacionais e depois vai disponibilizar essas unidades para atendimento da população. Também uma outra articulação que foi feita foi de comprar o estoque de imóveis de interesse social de até mais ou menos, esse valor ainda não foi definido, mas a gente trabalha com número de imóveis no valor de R\$ 200 mil, imóveis usados, esses que o vereador conversou aqui e colocou que são imóveis disponíveis na cidade, porque, de fato, vereador, pelo último Censo, a gente verificou que tem muitos imóveis vazios e que



podem ser direcionados para a habitação de interesse social. Então a ideia é a Caixa fazer um credenciamento, abrir uma possibilidade de compra, isso também vai ser operacionalizado pelo governo federal, essas unidades serão adquiridas pela Caixa e depois disponibilizadas para as pessoas. Então a gente fala em credenciamento de imóveis usados de compra do estoque do Minha Casa, Minha Vida e a potencialização do programa Minha Casa, Minha Vida. O que aconteceu? No ano passado, quando abriu a oportunidade de escrever imóveis para o Minha Casa, Minha Vida, o Município de Porto Alegre inscreveu cerca de 3 mil unidades, de 2 mil unidades de terrenos onde havia capacidade de construção de 2 mil unidades. A iniciativa privada também inscreveu terrenos e o governo do Estado também. Naquele momento histórico, havia um limite de unidades habitacionais para o Rio Grande do Sul, que era de 1.200, e esse foi o número contratado. Com a calamidade, abriu-se esse leque e todos os empreendimentos que foram cadastrados, que foram inscritos lá naquele momento foram selecionados. Então vai ampliar o número de unidades. Nós vamos passar de 1.200 unidades habitacionais, que era o que havia sido selecionado, no primeiro momento, para 2.900 unidades habitacionais em Porto Alegre, fruto do programa Minha Casa, Minha Vida. Essa estratégia, ela era uma estratégia de mais longo prazo, porque os empreendimentos estão sendo selecionados, os projetos têm que ser aprovados, têm que ser construídos e, depois, disponibilizados para a população. A gente entende que isso vai levar mais de dois anos, mas são 3 mil imóveis nesse bojo. Os imóveis de estoque das empresas que trabalham no Minha Casa, Minha Vida, o levantamento que nós fizemos é de, mais ou menos, a entrega de 2,4 mil unidades habitacionais nos próximos dois anos em Porto Alegre e na Região Metropolitana também. Daqui a pouco, nós podemos ter pessoas que queiram migrar para outros municípios em função dessa calamidade, então, a gente também fez o mapeamento dos imóveis na Região Metropolitana. Dois mil e quatrocentos não é o número de Porto Alegre, é o número da região metropolitana. No estoque de imóveis usados, a gente está trabalhando com um número aproximado também de 2 mil a 5 mil imóveis, a gente não sabe



muito bem como é que essa demanda vai entrar. A gente fez o mapeamento junto ao Creci, junto a grandes imobiliárias, para fazer uma seleção do que apareceria de imóveis até R\$ 200 mil, ver o que entrava, e esse foi o número que se apresentou, de 2 a 5 mil imóveis que podem ser adquiridos. Essa estratégia, gente, ela depende muito do governo federal, porque todo o recurso vem do programa Minha Casa, Minha Vida ou então dos fundos garantidores da habitação. Como vocês todos sabem, o recurso financeiro para habitação no Brasil, ele está concentrado na União. Os municípios têm muito pouco recurso para construir habitação, aliás, não têm recursos, porque todo e qualquer empreendimento habitacional tem um valor superelevado e, com os valores constantes nos quadros municipais, a gente não dá conta, sempre depende de financiamento dos programas do governo federal. Isso eu falo desde a década de 1960, 1970, com o BNH, com o SFH e com todos os sistemas que foram desenvolvidos, como o Minha Casa, Minha Vida, o Casa Verde e Amarela. Os municípios sempre dependeram de recursos do governo federal, para poder entregar unidades habitacionais e fazer habitações de interesse social. Isso não é uma novidade, e o Brasil continua o mesmo em termos federativos. Portanto, a gente depende de recursos federais para poder fazer a entrega dessas unidades e a aquisição dessas unidades.

O que é que o Município está fazendo? O vereador também trouxe esse dado na sua fala inicial. A gente está tentando potencializar os terrenos municipais, os próprios municipais, para destinar para uma solução habitacional. A gente pretende colocar nesses imóveis, Ver. Giovane, as soluções de casas rápidas, a gente está chamando de casas rápidas essas soluções modulares ou com uma tecnologia diferenciada, em que a casa é construída rapidamente, em dois, três dias, às vezes, uma semana, dependendo da modelagem e da estrutura que está sendo utilizada, o material *wood frame*, *steel frame*, enfim, conforme for o material e a tecnologia utilizados, as casas são construídas rapidamente. Mas temos que ter o quê? Terreno para poder construir essas casas rapidamente. Então, o que nós estamos fazendo em termos dessa estratégia? Estamos fazendo uma análise de todos os próprios municipais, de



todos os terrenos municipais, para verificar sua capacidade de absorver essas casas modulares, essas casas de construção rápida, e qual o custo para a gente dotar de infraestrutura nesses terrenos. Porque não basta colocar a casa, a gente tem que colocar a água, a luz, o esgotamento sanitário e dotar aquele terreno de infraestrutura para que as pessoas fiquem bem instaladas ali. Essa estratégia a gente entende que é de médio prazo, a gente consegue contratar rapidamente, construir e destinar para as pessoas. Então, a gente está fazendo todo um levantamento dos próprios municipais, a gente suspendeu os leilões para poder destinar os terrenos que estão aptos a receber essas moradias para construção, estamos estudando todas as tecnologias para verificar, em cada tipologia de terreno, qual é a melhor solução de casa rápida. Também estamos prospectando os terrenos particulares, de outros entes federativos, da União e do Estado, para que a gente também possa direcionar com solução de casa rápida.

Outra estratégia de casas rápidas que a gente também está montando é adquirir essas casas e oferecê-las para pessoas que tenham um local para colocá-las. Por exemplo, um morador que foi atingido, cujo familiar tenha espaço em um terreno para colocar uma casa e tenha a possibilidade de destinar parte do seu terreno para essa família, a gente pode destinar uma casa para construir naquele terreno. Uma mãe que tenha espaço nos fundos do terreno e que queira que um filho vá morar lá, a gente pode destinar uma unidade de construção modular para que o filho construa no terreno da mãe. Então, estamos abrindo uma possibilidade de atendimento também nesse formato para quem tenha possibilidade, algum terreno que não esteja em área de risco, que não esteja em área alagada e que a gente possa ofertar uma unidade habitacional definitiva para essa pessoa por meio da aquisição dessas casas e entrega para essa população. Essa é uma estrutura que a gente está colocando também a médio prazo.

Por fim, a gente quer trabalhar também com a estratégia de *retrofit*, vereador, em prédios localizados principalmente em regiões centrais, dotados de



infraestrutura, onde a gente possa, então, reformar esses prédios e entregá-los para a nossa população. Essa estratégia de *retrofit*, também com adesão ao programa Minha Casa, Minha Vida, que oferece essa modalidade... (Problemas na conexão.) ...com financiamento do governo federal, portanto, e com uma estratégia de longo prazo, porque as adaptações que têm que ser feitas nesses prédios tendem a ser um pouco mais demoradas do que a gente imagina, pois tem que fazer adaptação nos elevadores, a questão de soluções de incêndio, banheiros, escadas... Então, às vezes, a reforma que tem que ser feita será um pouco mais demorada do que num processo formal de construção. A gente está trabalhando com todo o levantamento, com conversas com o governo do Estado e com a União para que a gente possa fazer destinação desses imóveis para *retrofit* e destinação para habitação de interesse social. Também estamos—para finalizar, vereador, juro por Deus, para finalizar. A gente está estudando estratégias para as ilhas, um plano especial para as ilhas, em função daquela população atingida. Há estudos de outras tipologias de casas. Isso é um estudo mais a longo prazo também. Em relação a como é que a gente vai trabalhar essa questão da população das ilhas, porque as ilhas não têm proteção, elas não têm sistema de proteção e não tem como a gente prever. Pelo menos os estudos demonstram que a gente não tem como prever soluções de prevenção nas ilhas. Isso tem que ser aprofundado também: se há alguma forma de proteger ou se não há alguma forma. E, se não havendo forma, como é que a gente vai adaptar a permanência das pessoas em função dos alagamentos. Então se fala em casas de pilotis, casas de palafitas, casas flutuantes, mas tudo isso, gente, depende de estudos, né? Não só da tipologia das casas, mas de todo o sistema de alagamento e de proteção da cidade. Em relação aos terrenos nas áreas protegidas, que a gente possa destinar, mesmo nas áreas alagadas, que a gente possa destinar para a habitação de interesse social. E aí, também dependendo de estudos em relação ao sistema de proteção de cheias da nossa cidade, também é uma outra discussão que nós vamos ter que construir aqui na nossa cidade para o futuro que a gente espera de Porto Alegre, da nossa Região Metropolitana e do Estado, da nossa bacia



do Guaíba em relação a esses problemas todos que a gente está enfrentando. Finalizo minha fala agradecendo a paciência de todos vocês e a oportunidade de poder desenvolver um pouco desse plano. Estou aqui para também ouvir e receber contribuições para que a gente possa aprimorar o nosso trabalho e possa, de fato, ter estratégias para atender toda a nossa população. Vereador, muito obrigada. Que bom que a gente está podendo conversar sobre esses temas.

PRESIDENTE GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Secretária Simone, te faço só uma pergunta rápida: esse processo de adaptação e *retrofit* na área central, tu te referes – imagino eu – aos imóveis públicos, há previsão da quantidade de móveis que poderiam ser disponibilizados?

E já quero pedir para que a Fernanda, que representa o governo federal, se prepare para fazer uso da palavra. Tu tens esse dado Simone?

SRA. SIMONE SOMENSI: A gente ainda não tem os dados totais, mas a gente está levantando os imóveis. A gente já verificou que tem mais imóveis da União ociosos, imóveis que são do governo federal; tem alguns prédios do governo estadual, municipal basicamente tem aquele da Andradas que foi ocupado no ano passado e que a gente pode fazer uma adaptação. Mas nossos estudos indicam que tem poucas unidades habitacionais, tem prédios bem maiores da união e do estado que possam destinados e tem prédios também. Privados que estão nessa condição de desocupados, e, que houver uma desapropriação ou então uma proposta de compra desses imóveis pelo governo federal, com a destinação para *retrofit*, a gente pode trabalhar essas estratégias também. Mas nós não temos os números finais ainda não.

PRESIDENTE GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Certo obrigado. Fernanda, que representa o Ministério Extraordinário de Apoio à Reconstrução



do Rio Grande do Sul, quero passar a palavra para ti. Nós já estendemos a palavra a quem se inscreveu, a lista dos inscritos está no *chat*.

Fernanda, muito obrigado pela presença. A Sra. Fernanda está com a palavra. Imagino que para liberar o microfone dela tenha que acessar ali onde está escrito Samsung SM, porque ela está sem o nome dela. Está liberado para ti, Fernanda. Nós não estamos te ouvindo Fernanda.

SRA. FERNANDA COREZOLA: Muito obrigada, peço desculpas, mas houve uma queda de luz e da internet aqui na minha residência, onde eu estou trabalhando neste momento. E eu espero que isso não prejudique aqui a nossa participação. Então, bom dia, Ver. Giovani, agradecemos o convite desta comissão para participar deste debate. Bom dia, secretária, Simone, é um prazer, não nos conhecermos, mas já vi aqui que teremos, seguramente, um início, ou a continuidade, de um diálogo agora, com a minha participação em alguns momentos. Também cumprimento aqui o Getúlio Vargas, presidente do Conan, e que também é executivo do Conselho Nacional das Cidades; os outros gabinetes de vereadores que estão aqui presentes, os representantes da sociedade civil organizada. Vi que há uma participação bastante intensa aqui da sociedade civil. Quero dizer que é uma satisfação podermos estar aqui nesse momento, apesar dos motivos que nos trazem aqui. Esse desastre climático que fez com que todos nós ... E, se há algo positivo desse processo, é justamente essa união de esforços, esse esforço coletivo dos diferentes entes federados-do governo federal, do governo estadual, dos governos municipais –, da sociedade civil organizada, dos parlamentares de rapidamente terem que se adaptar também. E, se esse evento climático está exigindo de cada um de nós e de cada uma das organizações políticas e da sociedade se adaptarem, essa agilidade nós teremos que ter também na resposta, na pronta resposta do estado brasileiro nos seus diferentes níveis. Eu gostaria de, rapidamente, me apresentar. Eu, na verdade, eu estou em processo de cedência pelo governo do Estado. Hoje ainda vou conversar com a minha secretária, a Daniele, mas já há uma manifestação positiva nesse sentido.



Então eu estou hoje – digamos assim, a minha primeira atividade, de certa forma – falando em nome do governo federal. Então é uma satisfação bastante grande poder contribuir. Eu sou socióloga de formação, sou servidora pública há 32 anos no governo do Estado, na secretaria de planejamento, governança e gestão. Seguramente podem ter certeza de que vou me dedicar bastante para poder honrar essa possibilidade de contribuir nesse processo tão desafiador para todos nós. Inicialmente então eu gostaria – Simone e Giovane – de reafirmar o compromisso do Presidente Lula e do ministro Pimenta em assegurar esse processo de reconstrução das casas para todas as pessoas que perderam suas casas em decorrência desse evento extremo, deste evento climático. Mas casas, habitações com condições dignas, que respeitem as questões de identidade, que rapidamente restabeleçam as condições e os meios de vida das pessoas. E me parece, Simone, que esse rol, o plano que a Prefeitura está apresentando que eu estou tomando conhecimento agora no detalhe, estamos nos apropriando do conjunto de iniciativas que cada um dos municípios atingidos está tomando, vocês estão fazendo um esforço de adequação para potencializar todas as modalidades que o governo federal está ofertando, e me parece que esse é um pouco o espírito justamente do Pacto Federativo. Então o governo federal tem pelo menos cinco modalidades de programas que viabilizam a habitação em situação de emergência como essa. O governo federal também ampliou, como a Simone bem destacou aqui, a possibilidade da utilização de várias alternativas, ampliando a questão da disponibilidade dos estoques e tudo mais. Então, esta é, digamos assim, a evidência do esforço para atender o mais rapidamente possível esta necessidade que se impõe nesse momento né. Então, esse é o primeiro aspecto que eu gostaria de destacar. Estamos buscando, imediatamente... O Presidente Lula se comprometeu com a retomada da reconstrução, com a viabilização da construção das habitações de todos aqueles que perderam suas casas, mas evidentemente que no processo de implementação, nós poderemos também estar reavaliando, ajustando, realinhando, porque a proporção, a dimensão da população afetada é muito expressiva. Então



também o Estado brasileiro tem que se adaptar nestas situações. Mas além disso, eu gostaria de destacar que uma das responsabilidades que ficou para eu conduzir, Giovani, é justamente pensar a médio prazo. Então esse evento climático impõe a todos nós, Estado, Poder Legislativo, sociedade civil, repensarmos como nós fazemos o planejamento, avaliarmos se as regras dos nossos programas e políticas regulatórias são suficientes para que nós possamos inibir, impedir, evitar que em eventual situação de um evento extremo como esse, sejamos pegos de surpresa. Então, é preciso um esforço muito maior do poder público no sentido de ter planos de contingência que abordem tanto essa fase da pronta resposta para o restabelecimento das condições de vida das pessoas, quanto também nessa fase de reconstrução. Então, o nosso grande desafio é também já pensarmos uma reconstrução do Rio Grande do Sul sustentável, em novas bases, que considere a bacia hidrográfica, que considere as microbacias hidrográficas, que seja um planejamento integrado, interdisciplinar, em que a Secretaria de Habitação dialogue com a Secretaria de Planejamento de uma forma intensa, interdisciplinar, com respeito à diversidade, à dignidade humana, que seja participativo, que tenha mecanismos de gestão e controle social. Então, há muitos desafios pela frente, nós estamos comprometidos em ouvi-los e em construir, ajustar, adequar as políticas públicas visando ao efetivo pronto restabelecimento das condições de vida da população, mas em bases sustentáveis. Então, esse é um grande desafio que a gente está começando e é com isso que nós estamos comprometidos.

PRESIDENTE GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Muito obrigado, Fernanda. Agora nós vamos liberar o microfone da Angela Comunal. A Angela é presidenta da UAMPA, e imagino que, quando fala a UAMPA, fala, ao mesmo tempo, a Conam a Fegamec, que são as federações e a confederação nacional daqueles e daquelas que lutam por moradia, daqueles que estão organizados nas nossas associações de moradores em cada canto desta cidade. Então, a palavra está contigo, Angela, e depois a gente liberou mais duas inscrições,



então, são 12 inscritos que nós tivemos. Nós vamos seguir a ordem que a Nina compartilhou ali pelo chat. E reforço que, quando os vereadores quiserem se manifestar, é só levantar a mão ou me procurar aqui também pelo WhatsApp, no privado, para a gente liberar a manifestação dos vereadores. Angela, a palavra está contigo.

SRA. ANGELA COMUNAL: Bom dia, então, Ver. Giovani, presidente desta Comissão. E eu quero aqui saudar os comunitários que estão nesta reunião. Nós ali na área mais atingida, a gente tem a Daiana, que é presidente da Vila dos Ferroviários; temos o pessoal do Desabafa; temos também, agora nessa última chuva que deu, o pessoal do Extremo-Sul, Lami, Ponta Grossa, a Restinga. Então nós temos muitos comunitários ali. Vou fazer uma reflexão com todos: a gente já está há mais de 20 dias, as associações de moradores e toda a cidade, não somente nas áreas atingidas, estamos atendendo a comunidade, porque tem muitas dessas famílias atingidas que vieram para os territórios de familiares. Nós, aqui no Morro da Cruz, de onde eu faço parte também da Associação de Mulheres Maria da Glória, estamos atendendo diretamente, fazendo comida, entregando algumas questões que são necessárias para as famílias, e isso todas as comunidades estão fazendo, mas, uma reflexão, há mais de 20 dias. A gente precisa ouvir essa comunidade, a gente precisa também fazer esse olhar para essas comunidades.

E sobre a cidade provisória, queria falar mais sobre a questão da cidade provisória. Não adianta nós quisermos colocar todas essas famílias num local onde não tem toda a infraestrutura – a Simone mesmo colocou. Para fazer política pública de habitação tu precisas de outras questões que não são só a habitação. Precisas de escola, transporte, lazer, e isso, numa cidade provisória, vai ser um pouco mais difícil, principalmente onde está sendo proposta essa cidade. Nesse espaço não tem esses equipamentos comunitários que são essenciais para uma política pública de habitação. A Simone também falou aqui na questão dos prédios. Se a gente for fazer uma pesquisa a partir dos movimentos sociais que estão nessa luta, nessa pauta diariamente, nós vamos



saber que tem muito mais prédios ociosos no centro de Porto Alegre, alguns espaços que dariam, sim, para fazer isso mais rapidamente, essas reformas, e colocar essas famílias nesses espaços. Então a cidade provisória não é o ideal para essas famílias, até porque vão ficar distantes de toda política pública que elas necessitam.

Queria colocar aqui também... Agora não adianta mais, Giovani, a gente falar sobre prevenção, porque agora, neste momento, a gente tem que agir. A prevenção deveria ter sido falada e ter se agido muito antes. Todo mundo vem dizendo, todo mundo vem falando, os movimentos sociais, as comunidades, os conselhos. Nós, na UAMPA, estamos dentro do conselho do DMAE, por exemplo, o nosso diretor Adão Palma. Esses conselhos estão ali falando o que é necessário. A precarização do DMAE, a gente vem falando há muito tempo e agora, bom, agora aconteceu. Aconteceu o que todo mundo falava, menos a administração de Porto Alegre, parece que não sabia que isso ia acontecer. Então, assim, a gente precisa, neste momento pensar e agir rapidamente o que realmente vai fazer. Eu fico muito preocupada que aquelas pessoas ali do Humaitá e do Extremo não consigam voltar para as suas casas. A casa de bombas já estava precária e agora não funciona. As bombas flutuantes também não são adequadas, não foram colocadas. Eu acho que a gente precisa falar dessas questões. É muito complicado. Agora que o pessoal está colocando aqui no chat a questão do Conselho Local de Saúde, os conselhos estão ali. A gente teve uma situação que eu não coloquei aqui, mas com essa provocação dos conselhos... Um minuto? Meu Deus! Bom, vamos fazer assim, o que eu vou solucionar aqui mais rapidamente. Bom, eu acho que é necessário então pontuar que é necessário ouvir essas comunidades, ouvir esses movimentos sociais, porque tem muita luta neste momento acontecendo. Ontem eu fiquei muito chateada, e eu acho que todos os comunitários, o pessoal do Humaitá tentando fazer um protesto, tirando água e tentando tirar água da comunidade com baldes. Isso não dá para acontecer. Então, eu acho que é necessário a administração de Porto Alegre ouvir os movimentos sociais, ouvir os conselhos e não simplesmente fazer ao léu. Outra situação que a



Simone também colocou, que a cidade provisória, ela não é uma política habitacional, está sendo conversado sobre FASC, outras questões da Prefeitura, mas não é uma política habitacional, porque ela não vai funcionar. A gente estava falando, assim como a gente falou, que tudo estava acontecendo, e não ouviram a gente e não vão e não estão ouvindo também sobre essa cidade provisória. Então é necessário urgentemente que o prefeito de Porto Alegre e que a administração de Porto Alegre ouçam os movimentos sociais, ouçam as comunidades, chamem essas comunidades para fazer o diálogo, é necessário, Giovani, isso é muito importante. Olhem a quantidade de associações que nós temos em Porto Alegre, qual delas foi chamada para dar a sua opinião sobre isso? Qual foi chamada para dar a sua opinião sobre a cidade provisória? Então, eu acho que este é o ponto central: precisa desse diálogo com a Prefeitura, que não está querendo ouvir nem os movimentos sociais, nem as associações. Outra situação: nos territórios, a situação está ficando muito complicada, a água está chegando nos bairros e não tem como tomar essa água, ela está com cheiro forte. Então a gente precisa desse auxílio também nos territórios que não foram atingidos diretamente, mas, sim, indiretamente. Obrigada.

PRESIDENTE GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Eu que te agradeço Ângela. De imediato, quero passar para o Paulo Menezes, que é o primeiro inscrito. Nós vamos começar a fixar aqui, na tela, como tínhamos combinado no início, o cronômetro, para que seja possível organizar o raciocínio e a fala no tempo. Nós vamos ter um número significativo de fala, porque exatamente este é o objetivo: contribuir, a partir da CUTHAB, para que a população possa ser ouvida, ter voz, garantir a participação social nesse processo de enfrentamento à crise que nós vivemos e que também é de disputa do futuro. Paulo Renato, está contigo, acho que teu microfone já está liberado.

SR. PAULO RENATO MENEZES: Bom dia, Ver. Giovani Culau e Ver.^a Abigail, que é a que vejo aqui na tela. Eu acho que agora não podemos mais deixar de



acreditar que existe uma crise climática. Nós vivemos anos de muita ocupação desordenada do solo na região fundiária, a ocupação desordenada não só da população que foi deixada na periferia, no legítimo racismo ambiental, mas também vários ricos ocupam habitações luxuosas na região das Ilhas, ocupação de várzeas, de encostas, provocando desmatamento. Nós temos uma agricultura predatória, que impermeabiliza o solo, a mata ciliar que foi demolida, foi devastada. Então, a várzea que existe ainda é que faz o efeito esponja, a redução da velocidade da chuva, que evita um alagamento que teria sido muito maior aqui em Porto Alegre. Então, nós temos que manter a Fazenda do Arado, que hoje está totalmente alagada, e segura essa inundação que ia chegar maior na nossa cidade; ter mais arborização e não promover o arboricídio que existe na cidade. A questão do DEP é uma situação quase que policial, porque foi extinto o departamento técnico numa cidade que tem um sistema de contenção complexo, com uma área que é 40% inundável, banhada por um grande corpo hídrico é indispensável ter um corpo técnico, um órgão especializado. E a manutenção não foi feita no sistema, por isso que a cidade alagou, né?! Foi sucateado, o DMAE sucateado, uma irresponsabilidade, enquanto mantém R\$ 400 milhões nas suas contas. Nós precisamos fazer uma verdadeira reforma urbana, pois há milhares de unidades vazias, a Moradia Solidária, vários programas do governo federal que dependem da iniciativa do poder municipal. A gente ouve falar em cidade provisória, isso remete à segregação, a campos de concentração. A construção deve ser diferente, como a própria Fernanda Corezola, representante do governo federal, falou. Porque a gente está enxergando consultorias que estão chegando aí com os olhos arregalados, não há solução mágica. Temos que utilizar a ciência, a professora Márcia Barbosa, da UFRGS, está organizando uma rede de cientistas para pensar diferente, com a participação social. O meu tempo acabou, desculpem, eu me atralhei no início.

PRESIDENTE GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Muito obrigado, Paulo. Agora eu quero passar a palavra para o Bruno Mattos, que era o



segundo inscrito. E se o Jorge Brasil, que é o secretário de Assistência, está na sala, na sequência nós vamos abrir o teu microfone, secretário Jorge, para que tu fales, conforme a própria secretária Simone posicionou sobre as questões imediatas de abrigamento e também sobre o debate de cidade provisória, o que a Prefeitura tem pensado e como se posiciona em relação a isso. Bruno vamos liberar o teu microfone, tu precisas abrir ele também para que tu possas falar. E para evitar prejuízo na fala de cada um, cada uma de vocês, a gente vai botar o microfone só quando estiver faltando um minuto então, mas lembrem que tem três minutos. Bruno, a palavra está contigo.

SR. BRUNO MATTOS DA SILVA: Agora, sim. Então, bom dia, companheirada. Quero cumprimentar o Ver. Giovani, todos desta comissão e todos os presentes. Sou Bruno Mattos, estou secretário-geral da UAMPA, nascido e criado na Vila Farrapos, na grande Farrapos. Quero dizer que a minha casa está há mais de 25 dias embaixo d'água. É muito cansativo isso, é extremamente desgastante. E o que a gente tem visto, até esse momento, é que a solidariedade e o apoio às famílias mais atingidas, sejam elas na Farrapos, no Sarandi, no Lami, vêm do movimento social, vem do movimento comunitário, do movimento sindical. A gente percebe a falta da Prefeitura, do poder público municipal e estadual nas frentes de atuação, e é nesse sentido que eu quero colocar a importância, imediata, da gente pensar as habitações, pensar a curto prazo, para já, porque como vão ficar as centenas, milhares de famílias que estão em abrigos, em casas de acolhimento, quando tiverem que retornar para o território? É importante que a gente como é que o governo federal vai nos ajudar nesse processo, que está sendo um grande parceiro. Então, a Prefeitura, o DEMHAB, o DMAE, precisam procurar essa inteligência, para que assim a gente consiga suprir as demandas dos territórios das nossas regiões. Eu cito aqui o caso da Farrapos, que apenas ontem a bomba de sucção foi instalada, bomba que já estava aqui no Município há muitas semanas. Então, essa situação não pode acontecer, porque o que nos parece, movimento comunitário e moradores da região da Farrapos, é que existe um



processo de segregação, de exclusão, de gentrificação dos moradores que ali vivem, e não existe um interesse do poder municipal, do prefeito Melo, das secretarias, em retirar água da região para que a gente possa retomar os nossos territórios, que a gente possa retomar as nossas comunidades e organizar as frentes de limpeza, os mutirões de trabalho, para que tudo se resolva. Aqui é um apelo e uma exigência: que a Prefeitura tome conta e consiga alcançar os anseios da nossa população.

Também aqui faço uma denúncia, é importante que a secretária do DEMHAB esteja aqui, porque estão rolando, nesse momento, cadastros paralelos ao DEMHAB, prometendo casa, prometendo moradia, dizendo que aqueles que não se cadastrarem, irão perder essas moradias. Isso, em vários grupos da região da Farrapos. E essas coisas não podem acontecer, isso aí causa pânico, causa medo na nossa população, e mais uma vez causa descrédito na política. Não podemos deixar que isso continue da forma que está, é necessário que haja orientação séria, qualificada, de onde se cadastrar, de como fazer, que é o cadastro único que a Prefeitura já abriu. O movimento comunitário, o movimento social está orientando as pessoas a se cadastrarem. Muito obrigado.

PRESIDENTE GIOVANY CULAU E COLETIVO (PCdoB): Obrigado, Bruno. Quero pedir que o Marcelo Dias já se prepare para fazer a sua fala. Antes disso vou passar para o Secretário de Desenvolvimento Social para que possa se manifestar acerca do abrigamento e essa discussão de cidade provisória, qual é a posição da Prefeitura Municipal.

SR. JORGE BRASIL: Obrigado pela oportunidade, obrigado, vereadores, bom dia. Embora a comissão trabalhe mais com habitação, a gente agradece o espaço para poder promover alguns serviços importantes da Prefeitura. Estou como secretário adjunto, sou funcionário da Prefeitura há muitos anos, fico consternado com tudo aquilo que nós temos passado aqui. Eu tenho certeza de que vocês, vereadores, bem como a comunidade toda está muito assustada



com essa enchente. Nós nunca tínhamos visto tamanha catástrofe. As primeiras respostas que desenvolvimento social e assistência precisam dar é acolher as pessoas. Bom, antes de falar algo em torno de cidade provisória, que é, na verdade, um tema que está sendo tratado diretamente pelo gabinete do prefeito, pela Somensi, que trabalha na área de habitação, eu queria trazer alguns dados aqui importantíssimos. Nós temos a estimativa de quase 160 mil pessoas afetadas; dessas famílias que foram afetadas, temos ali 25 mil famílias que são do CadÚnico, são pessoas muito, muito, mas muito vulneráveis – 208 delas são ribeirinhas, 2 mil famílias trabalham na catação do material reciclável, 151 famílias de pescadoras artesanais, também temos indígenas e quilombolas, dentre essas pessoas afetadas pela enchente. Então, muitas serão as políticas que precisaríamos aplicar ao longo do tempo, e nós contamos com toda a comunidade porto-alegrense, inclusive com os movimentos que estão aqui presentes. A primeira medida importante da emergência que se teve que fazer, na madrugada do dia 02 de maio, que até hoje não acabou, foram os abrigos, que foram gerados, tanto pela sociedade civil, quanto pelo governo municipal e governo estadual. O segundo foi cadastrar as pessoas, criar emergencialmente um registro unificado para que a gente possa balizar todas as políticas, das quais vocês, inclusive, poderão participar e contribuir para que a gente possa atender toda essa gama de famílias com perfis diferentes, com necessidades diferentes. E nós teremos que ter um plano de segurança alimentar para a cidade ao longo dos próximos seis a doze meses. Então, emergencialmente, no primeiro mês, é isso o que nós temos que fazer, e nós estamos com esse plano já em curso. Agora, quando se trata de reestruturação, nós precisamos recompor os aparelhos públicos; inclusive, eu ouvi um colega aqui desta reunião falando – se eu não me engano, da Vila Farrapos – que o CRAS ficou debaixo d'água. Então são três Centros de Referência da Assistência Social que estão debaixo d'água e precisam ser recompostos. Depois, nós temos mais dois conselhos tutelares que também precisam ser recompostos. E nós estamos falando somente de prédios; nós vamos precisar recompor também todo o atendimento da área



social; provavelmente esse colchão social vai precisar ficar mais forte para atender as pessoas mais vulneráveis. Teremos que trabalhar muito com auxílios emergenciais, como o que está aí na Câmara de Vereadores para ser votado, e com os fundos públicos para que a gente possa fazer todo investimento possível na cidade de Porto Alegre no menor prazo possível. Nós temos que pensar também em fazer investimento em pelo menos 17 organizações sociais, de alguma forma fomentar esse investimento nas ações sociais, porque nós tivemos 17 delas afetadas, afetando diretamente nossas crianças e idosos. Isso, por cima, é que nós podemos fazer de uma forma emergencial e com os investimentos atuais.

Em relação a cidades provisórias, realmente esse é um tema que, às vezes, nos traz um pouco de preocupação; mas, na literatura, objetivamente, o que é uma cidade provisória? É um momento, na verdade, pelo menos é isso o que eu tenho ouvido aqui – volto a dizer, eu não sou responsável por esse tema aqui dentro –, é criar uma substituição para os alojamentos improvisados. Então essa substituição desses alojamentos provisórios seria essa cidade provisória; inclusive, foi falado aqui – acho que foi a Roselaine que falou, ou outra colega da reunião – sobre ter a infraestrutura para os desabrigados, ter uma infraestrutura suficiente para que não seja simplesmente um alojamento das pessoas que estejam ali vivendo ou sobrevivendo. Então, pelas reuniões que eu pude acompanhar, o processo de cidade provisória é muito menos um local de onde colocar as pessoas, para onde a gente pode realocar essas pessoas. Não tem nenhum viés segregacionista, assim, pelo menos não é isso que eu tenho ouvido aqui, não é isso que nós temos trabalhado, e muito no viés sim de desmobilizar esses alojamentos, porque hoje as pessoas têm menos condições, e irem para, conforme falou mesmo a Rose, se eu não me engano, ou a Irene, para locais onde as pessoas tenham mais infraestrutura, até que aguardando as moradias definitivas. Eu agradeço o espaço, vereadores, a gente tem uma agenda longa e nós ficamos à disposição.



PRESIDENTE GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Certo, Jorge Brasil, eu tenho uma série de questões a te apresentar e a sugerir de encaminhamento da reunião. Então, eu peço que, se possível, fique até o final para que a gente possa organizar. Passo a palavra ao Marcelo Dias, que é o próximo inscrito.

SR. MARCELO DIAS: Bom dia a todos, me ouvem bem? Bom, quero aqui cumprimentar o Giovani e aos demais vereadores, a Ver.^a Abigail. Eu quero ser bem breve, mas eu gostaria aqui de falar da vida real. A vida real, a gente falou em números. Eu ouvi falar em projetos, mas eu quero falar da vida real. Existem dados aqui, que tem mais de 106 mil pessoas hoje em abrigos. A pergunta que eu me faço, todos os dias, é: quanto tempo essas pessoas vão ficar nesses abrigos? Porque estamos discutindo, fazendo matemática, falando que vai vir bomba, falando que... Gente, aqui a conversa é: a Prefeitura precisa apresentar algo. A Prefeitura precisa apresentar algo concreto para as pessoas. E não ouvir aqui, com todo respeito, dizer que: ah, vamos ver se tem na casa de um familiar, a gente consegue botar uma casa num terreno de um familiar. Isso é agressivo, isso é muito ruim. Isso não é projeto. Isso é se vira, como até agora estava acontecendo: o povo pelo povo. A gente vem aqui ouvir que não tem ainda os números de cada abrigo, real, não tem exatamente, não fizeram um levantamento, não sabem ainda. Aí se ouve que: ah, que a União, a gente depende do governo federal... Não! O DMAE deixou de pegar uma verba federal, de, se eu não me engano, posso estar equivocado, de R\$ 400 milhões, e não pegou. O sucateamento do DMAE está acontecendo agora o que Porto Alegre está vivendo, por exemplo, inclusive, as outras cidades. Mas Porto Alegre, vamos pegar aqui, gente, eu não consigo entender uma engenharia não conseguir fazer uma comporta vedar, eu não consigo entender. Eu não consigo entender que nós temos 23 casas de bombas e não se pensou no pior, porque o nível do Guaíba é de 6 metros – não chegou a 6, gente, não chegou a 6. E nós temos todos esses desabrigados. A pergunta que eu faço para a secretária e para o secretário aqui, por exemplo, qual a estimativa de tempo



dessas pessoas nos abrigos? Qual a estimativa? A gente vive no mundo real, que todo mundo aqui conhece alguém que está abrigado, ou todo mundo está levando comida para alguém, está levando mantimento para alguém.

Eu quero pegar um caso específico também, rapidamente, das ilhas. Ouve-se falar que a gente tem um povo muito humilde lá e trabalhador, que 90% trabalham com reciclagem, só que, logo ao lado, nós temos mansões. E eu ouvi o prefeito dizer esses dias que essas pessoas estão morando onde não era para morar. Então, quer dizer que nós vamos tirar os recicladores e vamos tirar as mansões de lá? Ou vai ser diferente? Essas perguntas eu me faço, porque vai ficar muito fácil dizer para as pessoas: “Ali tu não podes morar”. Daqui a pouco tem uma Melnick ali fazendo um empreendimento, é isso que eu quero a reflexão. A gente precisa viver a vida real, temos que falar da vida real das pessoas. As pessoas estão esperando algo da Prefeitura. O prefeito e o governador têm que parar de ser jornalista de previsão de tempo, parar de ficar falando de previsão de tempo e agir. Muito obrigado.

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Valeu, Marcelo. Agora a Elis Regina e, na sequência, Felisberto.

SRA. ELIS REGINA DE VARGAS: Eu sou Elis Regina, sou presidente da União de Negros e Negras pela Igualdade, do Estado do Rio Grande do Sul. Queria começar minha fala saudando o Ver. Giovani Culau, a Ver.^a Karen Santos, a Ver.^a Biga, e, em nome destes, saúdo a todos os vereadores e todas as autoridades presentes. Eu, sinceramente, estou bem desolada com as falas que eu acabei de escutar dos nossos representantes. Eu aqui venho representando um povo que é o povo negro desta cidade, que é o povo tradicional de matriz africana, que é o povo que, historicamente, sofre tanto com racismo quanto com a falta de perspectiva de futuro. Eu não vou entrar no debate da catástrofe, eu acho que os meus antecessores demonstraram muito bem o que tem acontecido, porém, gente, eu penso que a cidade projetada, administrada pelo poder público vigente prova que é ineficaz, ineficiente e uma



série de adjetivos que eu poderia usar aqui. Esta administração que aí está não leva em conta a população, não leva em conta os movimentos sociais. Eu gostaria de dizer o seguinte: se a administração pública não conseguiu ser eficiente neste momento de catástrofe, por decisão sozinha, porque a gente sabe dos desmontes dos conselhos, da participação popular na cidade, está na hora de escutar o movimento social. Hoje eu fico pensando, cidades provisórias, o povo que eu represento é o povo de matriz africana, é o povo que tem o seu santo, seu centro no território. Como é que a gente vai fazer com cidades provisórias? A gente vai ter uma igreja, uma casa de matriz africana, como que a gente vai sentar os nossos santos? Como a gente vai cultivar a nossa tradição? Porque a nossa tradição é o que nos mantém vivos dentro de toda essa miséria que a gente passa nesta cidade. Porque essa catástrofe vem, uma catástrofe anunciada, mas ela só está botando para a rua a miséria que já existe, que já existia antes e que em nenhum momento foi pensada pelo poder público. Então eu estou desolada porque eu esperava escutar da representação pública algo mais concreto, mais objetivo, como diz o Marcelo: a gente já vai à lua e a gente não consegue resolver o problema do Humaitá que precisa tirar água de balde das suas casas. É isso, vereador, eu gostaria de pedir que fosse observada, na inteligência profunda dos nossos administradores públicos, a diversidade que conta nesta cidade, que é importante, que nos mantém vivos. E queria dizer para vocês, mais uma vez, pode ser um chavão, mas a tradição ela alimenta e não violenta. Obrigada, vereador.

PRESIDENTE GIOVANE CULAU E COLETIVO (PCdoB): Muito obrigado, Elis. Agora é o Felisberto e, na sequência, Emerson Prates.

FELISBERTO SEABRA LUISI: Bom dia, Giovani Culau, saúdo os demais vereadores, todos os companheiros e companheiras dos movimentos e dos conselhos. Eu fico estarrecido com algumas colocações que falam em área de risco. Eu sou uma pessoa que acredita que tem pessoas em situação de risco,



e há tecnologia sim, no mundo inteiro, que minimiza ou previne algumas dessas situações de risco. Cito alguns exemplos. Veneza, por exemplo, tem todo um trabalho e foi construída em ilhas. Então é importante saber que dá sim para construir em ilhas, desde que se faça a prevenção ou se tomem os cuidados devidos. Nós temos mais de duas mil demandas na sociedade, que é a cidade real, que não foram atendidas nos últimos 20 anos. Não atenderam nem 20% das demandas da comunidade, a cidade real está aí, o Marcelo falou muito bem, nós temos que olhar a cidade real. Se a gente se preocupar com a cidade real, nós vamos dar condições de moradia, de escola, de creche, porque foram as demandas da sociedade que estão lá, viu, Culau? Tem mais de R\$1 bilhão de débitos da Prefeitura na resolução dos problemas em habitação de interesse social, só no fundo deveria ter R\$ 200 milhões e só tem R\$ 50 milhões. Quem é responsável por desviar os recursos dos fundos? Têm que ser apuradas, sim, as responsabilidades. Há muitos aqui que são vereadores que foram secretários e que se omitiram e trabalharam com uma política que não era a política que a sociedade e os conselhos queriam. Muitas vezes, nós, do CMDUA, somos derrotados, somos xingados, chamados de caranguejo, sabe? E os caranguejos tinham razão! Os caranguejos tinham razão, Culau, certo? Não dá para minimizar a responsabilidade de quem também decidiu leis na Câmara e que votava contra a sociedade. A minoria de oposição...

PRESIDENTE GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Para concluir, Felisberto.

SR. FELISBERTO SEABRA LUISI: Já estou terminando. Eu quero fazer esse desabafo, porque é importante, não quero ficar para mim o que eu sinto na pele. Eu sou um refugiado sim, a região que eu morava está alagada. Eu moro no Centro Histórico, foi alagado pela irresponsabilidade, pela falta de manutenção. Não tem perdão, sabe? Não tem perdão. Então é isso, é um desabafo de alguém que conhece esta cidade há 35 anos, milita diariamente.



Passei por vários conselhos, criei várias cooperativas habitacionais. Uma delas sai inundada por falta de investimento do poder público, que é a Vila Santo Antônio, ali no Humaitá, viu, Culau, ... (Problemas na conexão.)

PRESIDENTE GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Felisberto, tu desligaste o teu microfone, mas está na hora de tu encerrares a tua fala.

SR. FELISBERTO SEABRA LUISI: Eu só quero finalizar com um exemplo: a Vila Santo Antônio, no Humaitá, está debaixo d'água. Então, nós temos que ter uma avaliação de qual é o custo do prejuízo e da omissão por não ter feito a infraestrutura com um projeto aprovado, Culau. Com um projeto aprovado, passou por todos os setores da Prefeitura, por R\$ 1,8 milhão, de 2018, não fizeram. Então, não dá para se calar, e não é se aproveitar, a gente vem denunciando, muitas vezes, no conselho, e a gente não é ouvido. Nós pedimos uma reunião do conselho, do CMDUA, e o secretário, em nenhum momento, marcou a reunião. Então, é uma denúncia que eu estou fazendo, conselho reeleito, numa eleição histórica na Câmara de Vereadores, e aqui eu quero fazer o agradecimento público às 941 pessoas que votaram na nossa chapa. É isso, muito obrigado e desculpe pelo desabafo, mas não dá para aguentar certas coisas que a gente escuta por falta de prevenção, por falta de escuta.

PRESIDENTE GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Muito obrigado, Felisberto. Muitas pessoas te mandaram um abraço pelo chat. Vou passar agora para o Emerson Prates, e, na sequência, eu vou adotar a sugestão deixada pela Elisamar, se não me engano, de revezar falas também de mulheres que se inscreveram. Então, Emerson Prates, a gente vai mudar a ordem, e a próxima será a Ceniriani, que carinhosamente a gente chama de Ni.



SR. EMERSON PRATES: Olá, bom dia a todos, bom dia, vereadores, bom dia, representantes do Estado que estão aqui. Primeiramente, eu queria parabenizar todos os representantes da área social, que são uns gigantes, defendendo seus territórios, defendendo as comunidades. Eu nem vou adentrar nessa área social, eu queria falar um pouco mais da parte ambiental, que, infelizmente, é até meio chato a gente dizer: “Pô, eu avisei.” A gente falou muito sobre isso, mas, infelizmente, aconteceu. Eu queria frisar a importância que tem a gente continuar fazendo esse debate, continuar na luta ambiental, porque, se a gente parar para ver, poderia ser pior se não fosse a manifestação da sociedade civil, de entidades como Agapan, como InGá, como Amigos da Terra e outras que estão aí. Eu queria falar também do projeto Mina Guaíba que lá atrás, há três anos, a gente lutou muito em torno da não realização desse projeto. Tivemos vitória. Agora, vocês imaginam se nosso manancial estivesse contaminado com metais pesados do projeto Mina Guaíba nesse exato momento. Então por isso que é fundamental a gente continuar sempre bem mobilizado, exigindo o respeito pela mata ciliar e o respeito às áreas de amortecimento. Que a gente restabeleça um DEP, que a gente exija o estudo ambiental EIA/RIMA nos projetos de médio, e até mesmo pequeno agora. Eu acho que isso aí se enquadra tudo na urgência climática, na emergência climática. Que a gente consiga que a Prefeitura siga a lei, que respeite nossa mata ciliar, que respeite nossos parques e não siga em frente esse projeto que tem mais não sei quantos quilômetros de orla com mata ciliar, que está sendo entregue a troco de banana e chamando de trechos como se fosse a freeway para cobrar pedágio depois ou, sei lá, em troca dos seus projetos políticos. Enfim, a gente tem que seguir uma coisa que o Culau falou. Acho que ontem eu vi no vídeo dele, que é também usar a inteligência local para fazer esses novos projetos, porque só quem está aqui e viu tudo o que aconteceu sabe muito bem o que é a água bater na bunda. Desculpa a palavra, mas é mais ou menos essa. A gente necessita mesmo de gente qualificada, gente da UFRGS, gente de várias ONGs também, que tem muita gente qualificada aí para tocar em frente esses projetos contra resiliência porque a nossa nova realidade vai



ser essa. Essa foi a primeira, eu trabalhei também como voluntário em resgate. Digo para vocês: gente, ninguém está preparado, nem mesmo quem é bombeiro, quem está preparado para uma coisa dessas. Quando a gente pensou, até mesmo agora dia 23 que eu tive que entrar na água de novo, eu falei: gente, já era tempo de a Prefeitura retomar, estabelecer esse papel de resgate, pois a sociedade como um todo já não aguenta mais. Eu também estou esgotado de tudo isso. E era isso, eu só queria fazer esse desabafo.

PRESIDENTE GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Muito obrigado, Emerson. Estou acompanhando aqui as falas no chat. Nós vamos priorizar, neste momento, as falas das mulheres exatamente pela contribuição que foi dada, e eu acredito que é isso, é a gente fortalecer o ambiente democrático que a gente tem aqui na nossa reunião. Então, primeiro, vai a Ni e, desculpa Cláudia, na sequência, depois da Ni, és tu, tua fala está garantida.

SRA. CENIRIANI VARGAS DA SILVA: Bom dia a todos, todas e todes, eu sou a Ni, do Movimento Nacional de luta pela Moradia, membro do Conselho Municipal de Acesso à Terra e Habitação. Moro aqui no Assentamento 20 de Novembro, que fica na esquina aqui com a Av. Farrapos, já há 26 dias sem luz, ficamos 13 dias sem água. E realmente a situação da cidade toda é o caos, e é um caos a partir de um processo também de falta de responsabilidade da gestão pública. Aqui justamente, há poucos dias antes das enchentes, a gente teve morte de 10 pessoas da pousada Garoa, e agora, já há mais de 20 dias, vivendo essa desgraça da calamidade com as águas, como disse o companheiro ali que me antecedeu, poderia ter alcançado 6 metros de água. E essas comportas, essa estrutura, deveriam ter sustentado e não sustentaram, porque isso era um projeto de privatizar o nosso DMAE, era um projeto de não investir para vender ali na frente. Está aí, a consequência é tudo isso que a



gente está vivendo né. E aí eu acho que focando um pouco nessa questão das medidas necessárias, eu acho que a responsabilidade da gestão municipal precisa ser colocada em outro nível, me parece que toda a responsabilidade está sendo jogada para o governo federal, me parecem algumas situações que vão se utilizar também desses alagamentos para fazer processos de limpeza social, retirando famílias de regiões onde viviam historicamente e aproveitando desse momento para poder fazer essas remoções. Acho que tem algo muito emergencial que a gente precisa tratar também que é a retirada das águas antes de apresentar projetos, a médio e longo prazo, que são importantes, mas são distantes da realidade de agora, a gente precisa retirar essa água. A gente precisa de uma política do Município de auxílio às famílias para que elas possam reconstruir as suas casas. As pessoas querem voltar para casa, só que a sua casa não tem mais uma parede, a sua casa não tem mais um telhado, não tem mais um quarto, um banheiro, e elas precisam reconstruir. Isso é uma ação que o Município precisa assumir, porque isso é o que a gente precisa que aconteça nos próximos dias, que menos demandas cheguem para a necessidade dos abrigos. E nós também enquanto movimento popular, nós também enquanto membros do Conselho de Habitação desta cidade, já dissemos que somos totalmente contra esse processo de criação de uma cidade provisória. É necessário pensar, sim, um abrigo provisório, mas nos territórios de origem das pessoas. E aqui falo enquanto mãe, as crianças vão perder o ano escolar, as crianças perdem os seus vínculos, as pessoas não estão aguentando mais ficar nesses abrigos. A gente está falando de vínculos de saúde, a gente está falando de vínculos de comunidade, a gente está falando de algo que não vai dar certo, e isso a vida nos mostra. Não adianta criar uma cidade provisória porque aquelas famílias que precisam, aquelas mães que têm que dar conta dos filhos sozinha e tem que sair para trabalhar não vão deixar seus filhos dentro de uma cidade provisória com milhares de pessoas. Elas vão ter que se virar – e é essa a realidade –, vão continuar tendo que se virar sozinhas sem o auxílio do poder público. Isso não vai dar certo, temos que pensar, sim, em questões emergenciais, tem que tirar



água, tem que pensar em situações de abrigo nos territórios para garantir que as pessoas voltem, pelo menos, para o seu espaço, o seu território. Pensar, sim, em ações a longo prazo, mas também não podemos entregar tudo para o mercado imobiliário. Gente, o mercado imobiliário está achando lindo, vamos comprar agora todo o estoque da Tenda, da MRV e vamos comprar para as pessoas; largar as pessoas dentro. A gente está falando aqui de centenas de milhares de famílias que vivem de reciclagem, não é simplesmente comprar um apartamento vazio no condomínio “x” e botar essa família lá dentro. Ela vai viver de quê? Então acho que já me estendi um pouco, tem essa questão também que precisa ser pensada, obrigada, companheiro.

PRESIDENTE GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Eu que agradeço, um grande abraço. A Sra. Claudia Favaro está com a palavra.

SRA. CLAUDIA FAVARO: Eu acho que o que a gente está vivendo aqui é parte de um abandono total das políticas públicas, da privatização, da exclusão de um processo de construção de cidade completamente diferente do que a gente discute e debate nos nossos espaços. Nós vivemos, há um bom tempo, numa política de austeridade, em que não tem dinheiro para nada, em que não dá para investir no DMAE, em que não dá para investir nas bombas, em que não dá para investir nos diques; num estado mínimo completo. Agora tem uma catástrofe e, de repente, chove dinheiro, vem todo o dinheiro necessário que poderia ter vindo antes para que a gente pudesse ter prevenido todo esse processo. Nós precisamos desse dinheiro agora? Sim, nós precisamos de todo o recurso possível. Mas como esse dinheiro vai ser investido? Que controle social? Que fiscalização? Que transparência nós vamos ter nisso tudo? A Álvares e Marçal que vai definir onde os de os recursos vão ser investidos? Essa consultoria estrangeira que vem aqui para ditar como as coisas vão acontecer em relação à reorganização da nossa cidade. Uma empresa que está aí envolvida em esquemas de corrupção, em denúncias do Panamá Papers; que tem uma grande know-how de catástrofes, como exemplo de New



Orleans, onde aconteceu uma grande higienização social, onde os negros e negras não conseguiram voltar aos seus territórios, onde a higienização e a gentrificação foram a ordem do dia. A participação social precisa ser o encaminhamento desta reunião, não pode ter esses investimentos sem que as pessoas decidam o que elas querem. A Prefeitura não respeita a soberania popular, não acredita na capacidade de resiliência do nosso povo, não acredita na UFRGS, que é a nossa universidade, e tantas outras que têm plena capacidade de organizar a inteligência da nossa cidade para esta reconstrução. Mas para além disso, eu quero pedir aqui a reconstrução imediata do dique do Sarandi. Não adianta colocar uma bomba largando água para um outro bairro porque a água vai continuar voltando. As comportas vão ser abertas, hoje houve uma diferença de tratamento imensa entre os diques: enquanto tinha caminhões colocando pedra rachão e terra no dique da Fiergs, para proteger a Fiergs e a Havan, o dique do Sarandi e o dique do aeroporto ficaram abandonados. Assim como as famílias que moram no seu entorno, e assim estão até hoje. Nós precisamos da reconstrução desses sistemas de proteção de cheias, e para isso as pessoas que moram nesse entorno precisam ser atendidas imediatamente para que não invistam nas suas casas. Se não for necessário no sentido da reconstrução desses diques, precisa reconstruir e depois construir as casas.

Em relação aos abrigos, nós precisamos fortalecer os abrigos descentralizados. E eu pergunto: eu estou há 21 dias fora de casa, estou morando num abrigo e vejo que a Prefeitura não tem capacidade de apoiar esses abrigos. E outra coisa é o chamamento imediato dos concursados, não dá para ficar chamando contratações temporárias por empresas privadas e não fortalecer os trabalhadores que querem construir o nosso Estado. E também, Simone, essa para ti, um morar melhor. Além da construção de casas, tem muita gente que vai acabar voltando para casas que estão com dificuldades estruturais. Nós precisamos fazer uma força tarefa de técnicos e engenheiros para vistoriar essas casas, para que não aconteçam mais tragédias nesse retorno. Nós precisamos liberar imediatamente os apartamentos vazios do



FAR. Isso é rápido, isso é uma decisão política, identificar quais são as famílias prioritárias. E outra coisa, por fim, Culau, nós não podemos perder o que nós conquistamos. A Ani falou bem aqui sobre os prédios ociosos. Gente, não dá para colocar na mão da iniciativa privada! Os movimentos sociais e as cooperativas têm um *know-how* imenso nesse tipo de construção, e nós precisamos fortalecer esse tipo de política. As construtoras vêm com algum *know-how*, que podem nos ajudar, não vão ser excluídas do processo, mas todo esse dinheiro, todos esses recursos não podem ir exclusivamente para a mão da iniciativa privada. Obrigada.

PRESIDENTE GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Obrigado, Cláudia, anotei aqui todas as tuas contribuições. Identifiquei aqui que a Ver.^a Biga pediu a manifestação, na sequência, vamos passar para ela. A Nelnie Lorenzoni está com a palavra.

SRA. NELNIE LORENZONI: Bom dia, muito obrigada, eu vou tentar ser rápida e objetiva. As falas do Felisberto e da Claudia contemplaram inúmeras das minhas necessidades de fala, então, eu não vou repeti-las para aproveitar o tempo. Eu, neste momento, falo em nome próprio e como integrante e fundadora do Movimento Independente 50-50, de advogadas gaúchas, e nós estamos à disposição, nesse momento, tanto para ajudar como, principalmente, para fiscalizar. Parece-me que essa inundação foi uma tragédia anunciada. Não fomos pegos de surpresa, e eu digo fomos, porque nós vivenciamos em setembro e novembro de 2023 uma prévia que não foi respeitada, e isso está fazendo surgir as necessidades de nós termos clareza de que precisamos, no dia a dia da vida da cidade, estarmos presentes. De alguma forma, todos nós temos responsabilidade, não é só o Executivo. O Legislativo tem responsabilidade, o Judiciário também. Estou muito satisfeita com essa iniciativa do vereador, porque, durante todos esses dias, fiquei muito apreensiva por ver pouco os nossos vereadores, eu vi pouco os nossos vereadores no campo de batalha; devem ter estado. Nós precisamos de



prevenção, sim; uma fala diz que não adianta pensar em prevenção. Sim, nós precisamos. E aí entra também a fala da Claudia e do Felisberto, porque as nossas universidades têm estudos sérios que precisam começar a ser considerados na hora de fazermos políticas habitacionais. Nós sabemos onde não pode estar construindo, nós sabemos onde as pessoas não devem ser instaladas, mas, por questões políticas, na hora de pedir voto, aí as pessoas não dizem “não”. Nós precisamos aprender a dizer “não”. Também, neste momento, precisamos preventivamente impedir que as pessoas voltem para locais que nós sabidamente temos a convicção de que são pontos de inundação sempre. Porto Alegre lamentavelmente não tem planejamento há mais de 30 anos. O Felisberto faz parte do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano da cidade, nós nos cruzamos muitas vezes, em muitas reuniões, e fomos muitas vezes derrotados—não é, Felisberto? -, e nós sabemos o quanto é difícil participar dessas reuniões, o quanto é complicado saber a pauta dos projetos que vão para votação na Câmara Municipal. Porto Alegre teve um movimento chamado Poa Vive, que lutava pelo cuidado da cidade e da saúde ambiental de Porto Alegre, e nós éramos considerados guerrilheiros, porque nós saíamos correndo de onde estivéssemos na hora que sabíamos as pautas que iam para a Câmara, e quando chegávamos lá, os projetos não eram votados, porque nós estávamos lá. O cidadão, a cidadã precisam estar presentes, a população precisa participar, o movimento independente está disponível, não quero me alongar, quero me colocar à disposição, mas quero assumir também como cidadã um pouco de responsabilidade. Nós não podemos só votar a cada dois anos, nós precisamos estar, diariamente, fiscalizando, a fiscalização é indispensável! A cidade precisa ser gerida por nós, os vereadores estão só circunstancialmente. Muito obrigada pelo espaço, contem conosco.

PRESIDENTE GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Muito obrigado, Nelnie. Como a gente havia comentado e combinado, agora fala a Ver.^a Biga Pereira e, na sequência, o Lukão. Ver.^a Biga, a palavra está contigo.



VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Bom dia a todos e a todas, quero cumprimentar todos que estão aqui participando desta importante reunião, especialmente a ti, Ver. Giovani, que dirige esta comissão e que chama para si essa responsabilidade de ampliarmos esse debate e ouvir a população a partir das suas lideranças, das representações das mais diversas organizações que aqui estão presentes. Esse é um debate muito sério, e nós temos levado com muita seriedade a busca da dignidade para essas pessoas que já foram tão machucadas, tão maltratadas em todo esse processo de crise em que nós, desde a primeira situação da crise climática aqui no nosso Município, alertamos, nós propusemos medidas imediatas e medidas preventivas. Eu e o Ver. Giovani fomos até a Prefeitura levar opiniões, proposta, protocolamos e entregamos no gabinete do prefeito lá, em junho do ano passado, ainda, dando conta da prevenção. Agora, quando a gente ouve aqui tantos relatos importantes, uma reunião com uma participação maravilhosa, com opiniões concretas objetivas no sentido de contribuir na busca das soluções, eu vejo, Ver. Giovani, é também uma dificuldade muito presente com a Prefeitura; aliás, desde o início, com muita improvisação. Tudo é no improviso, e veja bem, gente, as coisas que nós estamos vivendo agora, isso foi por conta de muito improviso lá atrás. As coisas que nós vamos fazer agora, elas precisam ter a responsabilidade de que é para o futuro também. Então, certo, nós precisamos de coisas imediatas, mas precisamos de coisas que apontem para o futuro. É preciso ter muita responsabilidade e transparência sobre as medidas. Veja bem, foi falado inclusive sobre a limpeza daquelas casas para as quais as pessoas estão querendo já voltar e têm condição de voltar, a drenagem das águas. Essa situação ontem, daquele ato lá, com as pessoas tirando com o balde, gente, é aviltante, um negócio que choca. Choca, sim, Angela, todos nós, todas nós. Então é preciso construir soluções mais perto do definitivo possível, é a situação dos terrenos, da construção das casas. Agora, o que me chama atenção é que são um pouco contraditórios os dados fornecidos pela Prefeitura. Tu tens assim, a Simone nos apresenta alguns dados, o Brasil já



apresenta outros números e é um pouco assim, quando nós que estamos lá, lá no abrigo, ou lá na casa, lá no bairro, quando as pessoas nos perguntam, por exemplo, Giovani, sobre o cadastramento. Gente, tem mil cadastros rodando e, por vezes, quando a pessoa quer checar, ela vai lá para cadastrar e diz que o seu CPF não está registrado ou coisa que o valha. Ontem, nós denunciemos, na sessão da Câmara Municipal, que foi anunciado, pelo jornal Zero Hora, que cerca de 40 mil pessoas já estavam recebendo, disponível a receber R\$ 5,1 mil do governo federal, só que a maioria dessas pessoas era do município de Canoas, porque aqui, em Porto Alegre, a Prefeitura ainda não tinha mandado para o governo federal. Não sei, Giovani, se tu tens essa informação, se agora a Prefeitura já mandou para o governo federal, porque tudo é uma temeridade. Nós não temos tido transparências nas informações, nós, vereadores, gente, quanto mais o povo lá na ponta. Giovani, controla o meu tempo, por favor, que eu não estou vendo o relógio aqui. Eu queria dizer, por último...

PRESIDENTE GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Se puder encaminhar para conclusão, Biga.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Concluindo, pois não. Eu quero finalizar dizendo, gente, que nós não podemos abrir mão de critérios de respeito, de respeito absoluto com as pessoas, porque as pessoas, como eu disse, estão machucadas. Portanto aqui também está muito claro que ninguém de nós, ninguém, admite a segregação. Nós não queremos cidades provisórias. Nós queremos que as pessoas tenham dignidade. Hoje à tarde, inclusive, eu convido a todos, a Comissão de Direitos Humanos – eu vou presidir essa reunião, porque propus – nós vamos discutir sobre os abrigamentos: como é que está essa situação dos abrigamentos, quantos vão ser desmontado e para onde irão essas pessoas, como é que está o cadastramento dessas pessoas. Então é preciso que a gente dê conta aqui do debate sobre infraestrutura urbana, que se faz necessário, e se faz necessário com critérios, e o principal é



o respeito, a dignidade das pessoas. É isso, parabéns, Ver. Giovani e toda comissão aí da CUTHAB.

PRESIDENTE GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Obrigado, Ver.^a Biga. Eu vou passar agora, então, para o Lukão que se inscreveu, na sequência, fala a Renata Costa. E eu já apresento para vocês as combinações aqui para o encaminhamento, para a conclusão da nossa reunião e sobre os demais que também pediram fala. Lukão, a fala está contigo.

SR. LUCAS BIERHLS: Bom dia, Ver. Giovani, presidente da comissão, em teu nome, eu quero saudar a todos aqui presentes, todas as autoridades, as lideranças, entidades presentes aqui na nossa reunião. Antes de tudo, também quero te parabenizar, Giovani, pela tua visão ampla da cidade. Porque tu és da Comissão de Habitação, mas a gente não pode esquecer que na habitação tem a saúde, tem a assistência, tem meio ambiente – tudo faz parte da habitação, tudo parte de um bairro. Então, quero te parabenizar E eu vi que aqui estão representações da saúde, como a Inês, do Conselho Municipal de Saúde, temos aqui também da parte da assistência, o Brasil, o governo. Antes de tudo, vou tentar ser bem breve, porque em três minutos dá para fazer um miojo, então vou tentar ser bem sucinto, mas a questão é que percebo, sendo presidente da Associação de Moradores do Parque dos Maias II, também faço parte da UAMPA e do Conselho Municipal de Saúde, e percebo que existem duas visões de mundo que estão conflitando. A gente tem a visão da Prefeitura, que é uma visão muito de números, e uma visão do governo federal, que está dando toda assistência e apoio, que é uma visão mais humana – me identifico mais com a visão humana. Só que essas duas visões estão se conflitando e quem está pagando esse grande pato somos nós. A gente pode ver pelas manifestações que a sociedade está tomando, e quando se fala “o povo pelo povo”, que é uma campanha totalmente distorcida, a gente vê que aqui na cidade está tendo que ser o povo pelo povo. Porque a Prefeitura nem mandar cadastro para o governo federal ela está fazendo. Então, eu acho isso



aí grave. Outra questão é que a Prefeitura precisa tomar atitudes o mais rápido possível. Chega de levantamentos, chega de números, temos que tomar atitudes, e uma dessas atitudes não é a cidade provisória lá no Sambódromo, porque, olhem como é que está a situação do Sambódromo aqui para vocês verem. Isso está legal? Olhem o lixão. Não sei se eu consigo mostrar aqui para vocês... Não consigo mostrar isso aqui por causa do negócio atrás, que eu botei, mas tem um lixão clandestino lá. Não sei se a Prefeitura já está ciente disso, mas tem pilhas e pilhas de lixo. Como é que a Prefeitura vai querer fazer uma cidade provisória lá? E outra: para que cidade provisória, minha gente? Para quê, se tem tantos imóveis da Prefeitura? E o prefeito é um prefeito liberal, que tem a visão mais do lado econômico, tem vereadores aí que são do setor imobiliário, por que é que não abrem as portas dos imóveis públicos? Abram as portas para a pessoa entrar, perto do seu território. As pessoas tiveram que ser retiradas das suas casas por incompetência da Prefeitura, e a Prefeitura quer amontoar que nem sardinha, esse tipo de atitude está totalmente errado. Eu acho que o prefeito precisa se esforçar mais, conseguir mais parceiros e liberar os imóveis da Prefeitura para o povo entrar e poder ficar lá temporariamente até organizar suas casas e tudo. Outra questão mais importante, para concluir: a Prefeitura precisa escutar os conselhos. O que a gente está vivendo, isso é resultado, efeito colateral da Prefeitura fechar... Ela até escuta, mas ela não põe em prática o que os conselhos, o que a sociedade pede, o que a sociedade delibera, e isso é grave, a gente está vendo, a gente está pagando por esse erro que a Prefeitura tomou.

Então, Giovanni, até para concluir e encaminhar, seria interessante a gente ter uma reunião direto com o prefeito, vamos falar com o mandachuva da cidade, afinal ele foi eleito, ele precisa ouvir a gente. Ele já veio aqui no Parque dos Maias, já ouviu as lideranças, por que não vai ouvir a comissão da Câmara dos Vereadores? Então acho que uma reunião com o prefeito seria de bom tamanho. Outra questão também, tem um encaminhamento, do Pedro Dias, que é um dinossauro, um cara que trabalhou na habitação, uma baita de uma referência, que eu acho que seria interessante ele também poder ter espaço de



fala, mas ele diz sobre criar um fórum de discussão, com lideranças e entidades. Eu acho que seria um ótimo encaminhamento, e se o Pedro tiver espaço de fala, poder até falar mais sobre isso, que eu acho que seria ótimo. Então seria essa a minha contribuição para esta reunião, a reunião da CUTHAB. Obrigado.

PRESIDENTE GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Obrigado, Lukão. A Sra. Renata, que falará no lugar do Brian, está com a palavra. (Pausa.) A Sra. Maria Helena está com a palavra. (Pausa.) A reunião citada pela Ver.^a Biga será às 14h. Maria Helena também não se encontra na reunião? Renata, vamos liberar o teu microfone; respondendo ao Renan e à Elisamar, que pediram um retorno sobre as inscrições, depois da fala da Renata, vou responder a cada um e cada uma de vocês. A próxima reunião também será virtual, e o link foi deixado aqui no chat, pela Ver.^a Abigail.

SR. RODRIGO: Agora, sim; vereador, aqui quem fala é Rodrigo, estou na conexão da Renata, porque a gente estava com muita dificuldade de conseguir participar, devido às dificuldades da internet no Brasil. Primeiro, quero deixar um bom dia, saudar os companheiros e as companheiras, falo aqui do abrigo Santa Rosa, no bairro Santa Rosa de Lima, Zona norte de Porto Alegre. Desde o dia 5 deste mês a gente está abrigando aqui mais de 100 pessoas, núcleos familiares, principalmente os oriundos do Sarandi, mas também alguns do Humaitá e da Vila Farrapos, fruto do caos e da tragédia que a gente vive, mas que não é algo que não sabíamos, falando aqui enquanto poder público. A ciência vinha alertando sobre isso; a sociedade vinha alertando sobre isso, e foi negligenciado, chegando a essa situação. Eu me inscrevi aqui para fazer uma fala em nome do abrigo que a gente está ajudando a organizar aqui, um abrigo auto-organizado por voluntários, voluntárias da comunidade, pela associação de moradores da grande Santa Rosa de Lima, pela Rede Emancipa, movimento de educação popular, no qual eu atuo, também pelos abrigados e abrigadas. Felizmente, com diálogo, a gente conseguiu construir aqui uma



experiência, apesar dos pesares., muito rica e que tem sido servido de modelo, inclusive citado por muitos representantes da Prefeitura. Saúdo isso para reivindicar nossa experiência, mas também para dizer o seguinte: é óbvio que sabemos que essa experiência aqui é provisória; tão logo veio a ideia da cidade provisória, que é a proposta é aqui ao lado, o companheiro aí do Parque dos Maias falava também no sambódromo, a comunidade aqui do abrigo se levantou contra, porque não vamos admitir mais precariedade, mais indignidade. Dito isso, nas assembleias que fazemos aqui diariamente, tiramos uma carta de exigências ao poder público, que são pontos necessários para que a gente pense o movimento de encerramento deste abrigo. Não aceitaremos que essas famílias saiam daqui e voltem para o lodo, que voltem para as águas, ou que fiquem no meio da praça, no meio da rua ou embaixo de barracas. Se for o caso, a gente pode encaminhar essa carta de exigências, que já apresentamos também em outras reuniões, que vamos protocolar junto ao Ministério Público, à Defensoria Pública, à OAB, porque, como já foi falado aqui, é preciso que o poder público aponte uma solução para isso que a gente vive agora.

Junto a isso, a gente também precisa salientar urgentemente o reforço aos serviços públicos aqui do bairro Santa Rosa de Lima, porque, dos dez aparelhos públicos aqui de assistência social, saúde e educação do entorno, sete estão debaixo d'água. Se os aparelhos aqui do bairro já eram sobrecarregados, serão muito mais agora – e o companheiro do Parque dos Maias creio que sabe bem dessas precariedades.

É preciso também salientar, como foi colocado aqui, que os auxílios que têm sido prometidos, principalmente financeiros, precisam chegar a essas pessoas. Está muito confuso, a Prefeitura esteve aqui e fez o tal do Cadastro Único; como foi colocado, não enviou para o governo federal. Essas pessoas estão praticamente desassistidas, e a gente precisa começar a cobrar, de fato, a posição do Poder Público, do governo Melo, do governo estadual. Enfim, fico à disposição, só gostaria da confirmação sobre a reunião que a Ver.^a Abigail falou. Gostaríamos de participar – como é que a gente pode fazer isso? – para



falar em nome do nosso abrigo aqui. Sabemos que é uma situação provisória, que não será para sempre, mas a gente não vai aceitar...

PRESIDENTE GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Para concluir, Rodrigo.

SR. RODRIGO: Concluo agora. Muito obrigado pela oportunidade.

PRESIDENTE GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Eu quero pedir a atenção de todos e todas. Nas vezes em que vocês me viram aqui com a cabeça baixa, foram os momentos em que eu estava anotando as contribuições de cada um e cada uma. E eu percebo, em cada manifestação feita, também por aquilo que tenho lido no *chat*, que há, sem dúvida alguma, um sentimento de revolta e indignação na sociedade, nos ativistas sociais, daqueles que lutam por moradia, uma revolta com a inexistência de espaços de diálogo, de escuta para que as vozes de vocês sejam ouvidas. E é exatamente por essa razão que nós convocamos essa reunião da CUTHAB, com esse tema, com essa pauta, que oportunizasse a fala de cada um e cada uma de vocês. A Câmara tem as suas regras próprias que independem de mim que, nesse ano, presido a Comissão. Então, a reunião da Comissão começa às 10h e ela, em tese, termina ao meio-dia. Essas e outras regras não estão na minha gerência ou de qualquer vereador e vereadora que presida a Comissão. Mas eu queria fazer algumas combinações. Por exemplo, o Roberto escreveu ali no chat que logo, quando entrou na reunião, se inscreveu, mas ele foi o 15º inscrito. Nós tivemos muitas inscrições. Então eu quero fazer algumas combinações aqui com vocês. Enquanto vocês falavam, nós falamos também com os servidores e servidoras da Câmara, eu ficarei na sala para ouvir todos e todas que se inscreveram. Então todos e todas que se inscreveram, terão direito à fala, e eu escutarei a todos e a todas, pelos motivos e pelas razões que eu falava antes. Evidentemente, que os vereadores, não sei se mais algum gostaria de se manifestar, talvez tenham que se retirar, não terão a obrigação



de permanecer, mas eu permanecerei aqui para ouvir cada um e cada uma. Então essa é a primeira combinação que eu quero fazer com vocês. E eu quero, desde já, ainda com a presença de todo mundo, dar dois encaminhamentos, certo? Primeiro, eu preciso dizer que concordo com quem é que disse que é fundamental a responsabilização do governo municipal. Eu preciso, sem dúvida alguma, fazer um diálogo contigo, Simone. O governo municipal, a partir do prefeito Melo, ao apresentar os resultados do governo em 2023, por exemplo, apresentou que das 340 unidades habitacionais que pretendia entregar para cidade em 2023, entregou apenas cinco. E, para mim, esse é um pouco símbolo dos problemas e das insuficiências da política habitacional e de moradia da gestão municipal. Mas isso é uma posição que eu tenho, nós estamos aqui no debate. Mas o encaminhamento que pactuei com a Simone, que se colocou à disposição, é de nós sermos recebidos numa comissão, e daí eu quero pedir que a Angela, que falou pela UAMPA, ela nos ajude a organizar essa comissão. Mas nós daremos consequência, encaminhamento para tudo que a gente debateu aqui, numa audiência lá no DEMHAB, na segunda-feira, às 10h30min. Seremos recebidos lá, essa é uma questão importante, nós organizaremos todas as sugestões, as contribuições, as proposições que foram feitas aqui para dar consequência, às 10h30min da manhã, na segunda-feira, no DEMHAB, em audiência, certo? Muitas coisas que foram colocadas aqui precisam ser levadas lá. Acho que a Cláudia falou sobre o Morar Melhor, em como a gente qualifica a habitação de quem tiver condições de voltar para as suas casas. Eu mesmo, Simone, quando falavas das casas rápidas, tenho uma série de preocupações que nós precisamos debater em torno delas, porque nós precisamos ter atenção às questões socioeconômicas de quem habitará essas moradias; essas moradias elas precisam ser capazes de serem adaptadas para a realidade de cada um e cada uma que morará nelas. Uma questão que nós podemos nos comprometer em levar nessa audiência, na segunda-feira, às 10h30min, é exatamente esse mapa dos imóveis que podem ser adaptados. Eu penso que falar de 2.000 a 5.000 imóveis que podem ser aproveitados é um valor baixo, acho que é



possível chegar num valor mais expressivo de moradia na região central da cidade, ocupando prédios públicos ociosos que, sim, em sua maioria são da União.

Então, gente, quais são as combinações que eu quero fazer com vocês: montaremos uma comissão para dar consequência a tudo que a gente debateu aqui, às 10h30min da manhã no DEMHAB, na segunda-feira. E a segunda questão é que eu quero acatar a sugestão que foi dada pelo chat e também feita pelo Lukão, de nós estabelecermos um fórum permanente de discussão. Então nós vamos consolidar isso e estabelecer um calendário, não vou anunciar aqui já esse calendário para que a gente possa elaborar melhor, mas esse é um segundo encaminhamento que nós vamos acatar.

Por fim, eu quero pedir à Simone, que é a secretária, eu não sei se o Jorge Brasil segue aqui, para que nós pudéssemos ter, na segunda-feira, a presença de alguém que tenha condição de fazer o debate sobre cidade provisória, é muito importante para a gente. Nós não podemos—e o governo foi convocado para essa reunião sabendo que essa era a pauta—admitir uma espécie de empurra-empurra, de quem é a responsabilidade, para que nós pelo menos possamos expressar as opiniões, apresentar as opiniões que foram levantadas aqui. Quando se fala que cidade provisória é uma infraestrutura para acolher desabrigados, nós estamos falando aqui que essa infraestrutura precisa ser vinculada aos territórios de origem de quem ficou desalojado, precisa se preservar as relações de vizinhança, garantir a habitabilidade, garantir a assistência, saúde e educação nesses espaços. Esses espaços precisam ser descentralizados na cidade e não constituir, como já falamos antes, um campo de refugiados. Então esses são os encaminhamentos do momento. Reunião, audiência na segunda-feira, às 10h30min. Quero te agradecer, Simone, pela possibilidade. Fórum permanente, quem tiver interesse de participar do fórum permanente já deixa registrado aqui no chat e também faço esse apelo para que nós tenhamos a interlocução dentro do governo sobre quem é responsável por essa discussão de cidade provisória, para que a gente tenha condição de fazer o debate na forma que merecemos fazer. Feitas essas combinações,



gente, vou seguir aqui, porque vou ouvir todos. A próxima inscrita é a Maria Helena e peço que a Nina coloque no chat quais são as outras inscrições que ficaram registradas. Se algum vereador ainda pretende falar, peço que se manifeste. Certo? Vamos liberar o microfone da Maria Helena para que ela possa fazer o uso da palavra. Maria Helena tu podes dar um oi no *chat* para que a gente possa te identificar? Enquanto a Maria Helena dá um oi no chat para que a gente possa identificar, quero dizer que essa reunião está sendo gravada, ela vai ser disponibilizada, assim como a sua ata e isso também vai permitir que a gente identifique todas as contribuições que foram dadas aqui. Aqui se falou sobre o dique lá no Sarandi, se falou sobre um conjunto de questões, todas elas justas e que nós vamos encaminhar. Maria Helena. Enquanto a Maria Helena dá um oi no chat para a gente liberar o microfone dela, quero que a gente libere o microfone do Pedro Dias, porque ele é o próximo, e depois já prepara a Michele.

SR. PEDRO DIAS: Bom, gente, eu queria dizer para vocês que é uma satisfação, Giovani, te ter na presidência da CUTHAB, é um vereador que está com muito destaque na questão das questões sociais do povo, pois é para isso que um vereador serve e a Câmara também. Quero dizer, eu até tinha colocado no chat antes sobre a questão do fórum, que nós, lá na constituição da Lei Orgânica, tínhamos o Fórum de Entidades que a UAMPA coordenou naquela época. A Lei Orgânica que tem hoje da cidade é uma lei modelo Brasil que trata da questão urbana, da terra, da cidade e da moradia. E hoje nós temos um Estatuto da Cidade que tem todo regulamento, e se essa a Prefeitura tivesse feito o que está no Estatuto da Cidade, não aconteceriam essas enchentes. Eu acho que o que tem hoje, para falar mais politicamente, é que existe uma concepção. O estado nosso está a serviço do setor privado e não está mais a serviço da população. É isso que está acontecendo, gente. Se nós virmos, no século XX, na época da internet, o homem foi à lua, e a gente não conseguiu fazer funcionar umas casas de bomba, ter que derrubar uma comporta com uma retroescavadeira, fechar uma comporta, lá em novembro,



com a retroescavadeira. Isso é muita burrice, é muita incompetência. E é esse tipo de gente que está nos governando, gente. O povo também tem que aprender a votar, com todo o respeito. O gestor público, ele é que nem o cara que é o síndico dum prédio. Se tiver um mau síndico num prédio, ele afunda o prédio. Nós temos que ter noção de qual é o papel da política, qual é o papel do gestor público. Hoje nós temos muito gestor público que são pessoas que são do setor privado, são pessoas que são construtores, são pessoas que são donos da área de clínica da saúde. Olha a privatização da saúde aí que está acontecendo em Porto Alegre. Isso não é possível. Nós temos aqui agora uma pessoa no nosso prédio que tem que se inscrever para ter direito ao benefício do governo federal, ela não sabe onde é que vai ir, como é que vai fazer. Quando ela se inscreve pelo site do governo, está inabilitado. Nós temos milhares de pessoas que são daí, que estão abandonadas, que sofreram realmente a enchente, estão com a água no pescoço, que não têm como voltar. Agora, o estádio do Grêmio e o do Inter estão dentro do rio. O que infectou ali foi a grama, daqui a 90 dias vão jogar, e o povo não vai poder voltar, porque não tem mais casa. Aqui nós temos uma pessoa que mora nos prédios que estão no dique da Vila Dique aqui da Vila Brasília. O grande Sarandi fica totalmente alagado. Nós, quando aprovamos a construção da Havan... (Ininteligível.) ...A Havan disse que ia acabar com a enchente no Sarandi. Está lá ela ilhada no meio da água. Hoje o setor público trabalha para o setor privado. Os caras venderam a Corsan, querem vender o DMAE, acabaram com o DEP, venderam a CEEE, acabaram com a Fundação Zoobotânica, é esse tipo de gente que nos governa hoje. E aí nós temos que criar esse fórum para debater, porque essa tragédia vai longe, gente. Nós temos que cuidar da saúde, da educação, da assistência social, da moradia. Esse fórum que vai ser criado, ele vai discutir independente do governo, e esse governo, se não andar na linha, nós vamos atropelar ele, esse governo, o estadual e o federal. Nós vamos atropelar os governos, eles têm que fazer o que o povo quer. Obrigado.



PRESIDENTE GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Muito obrigado, Pedro. Eu vou reafirmar o que eu já havia dito anteriormente, eu faço questão e ficarei aqui para ouvir todos e todas que se inscreveram até o momento em que eu fiz as combinações. Nós ainda ouviremos a Maria Helena, que a gente havia pedido que desse um oi no chat, para a gente liberar o microfone; temos a Michele, temos o Roberto Soares, o Bruno, lá da Vila Farrapos, o Renan Silva, o Tiago Pedroso, a Maria Inês, o Diaran da Silva, o Elisamar Rodrigues. Eu vou ouvir todo mundo, certo? Neste momento, é a Maria Helena. (Pausa.) Como a Maria Helena não se manifestou, já vamos passar para a seguinte, que é a Michele, do movimento Preserva Belém Novo, e depois é o Roberto Soares.

SRA. MICHELE RIHAN RODRIGUES: Bom dia, obrigada pelo espaço...

PRESIDENTE GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Bom dia, Michele. Antes da tua manifestação, eu vi que muitas pessoas colocaram aqui no chat que querem fazer parte do fórum permanente. Então, para organizar melhor, a gente vai lançar um link, que é um formulário de inscrição, para ninguém ficar de fora. Vai ser colocado no chat um link de inscrição para o fórum permanente, e, todo mundo que quiser fazer parte, peço que registre o seu nome. Agora, sim, a palavra está contigo, Michele.

SRA. MICHELE RIHAN RODRIGUES: Obrigada. Tentando ser bem objetiva, mas o assunto é extenso. Sou uma moradora do bairro Belém Novo, região do Extremo-Sul de Porto Alegre, gostaria de pontuar que os danos foram profundos nos bairros Ponta Grossa, Lami, Hípica, Belém Novo e Av. Beira Rio. Em parte, foram destruídos, moradores sem luz, sem internet. Nós temos um histórico aqui de sofrer com a falta de água nos verões. Sem ser esse último, os anteriores foram de muita escassez de água, Natal e Ano Novo a população ficou sem água. Então, a gente vivencia, na verdade, uma cidade provisória. Acho que já faz bastante tempo que a gente vive numa cidade provisória, e agora esse evento extremo mostrou que a cidade, como um todo, é provisória,



porque ela está degradada, absolutamente abandonada pelo poder público, principalmente nas áreas mais carentes. Eu, por exemplo, antes desse evento extremo, vi extravasamento de esgoto em área nobre de Porto Alegre. Acho que isso evidencia o descaso da gestão municipal com questões essenciais da cidade. A gente vivia numa cidade provisória já há bastante tempo por experiência mesmo, sentindo na pele, não sabendo se vai ter água no dia, se vai ter luz, se vai conseguir trabalhar pela internet, para quem trabalha com a internet, se vai conseguir se colocar. Hoje, com essas situações absurdas, a gente tem medo até de passar numa ponte aqui na região do Extremo-Sul, onde o nível dos arroios subiu. A gente não sabe a segurança desses locais, se estão em condições de serem utilizados depois de tanta subida do nível dos arroios, do Guaíba. Então, acho que essa é uma questão muito problemática. A própria Prefeitura reconhece que um terço da cidade foi profundamente afetado.

Então, a primeira questão é que a gente precisa pensar em política de Estado. A atual gestão está defendendo interesses de poucos, privados, não está interessada nas necessidades da grande população em geral. Eu sou delegada da Região de Gestão do Planejamento 8 e já venho acompanhando faz alguns anos a atual gestão e a gestão anterior, e, infelizmente, o descaso com a população é uma constante por parte do Executivo. Obviamente, a gente precisaria de ações emergenciais. Eu acho que a Câmara... A sociedade precisa se impor na tomada de decisão. Acho que essa é uma questão, a sociedade civil participar e ser ouvida. Participar, a gente eventualmente participa nos conselhos, mas nós não somos ouvidos. Precisamos ser ouvidos, a Câmara precisa construir isso com a sociedade e com o Executivo. O Executivo pensa que tem, que vai ter que ouvir a população, é inevitável. Eu penso que o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental, apesar de ser dominado pelos interesses públicos e privados, precisa ser estruturado. Coisa que não é. E os Fóruns Regionais de Planejamento também, para que a população possa ser ouvida diante de tudo que está acontecendo agora e a gente possa encontrar soluções para a cidade. Então,



os Fóruns Regionais de Planejamento precisam funcionar junto com os Conselhos Locais de Saúde, com os conselhos de assistência social para que a gente crie um espaço realmente construtivo de inteligência e de conhecimento da população junto com o conhecimento técnico. A gente tem apoio de universidades, de cientistas que estão se articulando, de movimentos sociais... Então, eu acho que essa questão do fortalecimento dos Fóruns Regionais de Planejamento como centralidade para pensar o planejamento da cidade. Coisa que nunca foi feita. A atual gestão vem enrolando, não fez nada na revisão do Plano Diretor, tentou enfiar goela abaixo muita mudança prejudicial, e agora a gente está diante de um caos, que só beneficia aqueles que querem ganhar com a especulação imobiliária, e o povo está sofrendo. Isso é fato. Então, o fortalecimento dos fóruns para participação da sociedade efetiva no planejamento da cidade e criação de conselhos populares nos bairros para que se ouça a população local. Sem isso, vai ser impossível. Eu penso que pensar em cozinhas comunitárias em cada bairro para também garantir segurança alimentar para a população nesse momento, que não vai ser só nesse momento, vai ser por um longo tempo. Obrigada, Giovani.

PRESIDENTE GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Eu que te agradeço. Terei que ser um pouco mais rigoroso no horário a partir de agora, porque nós temos um teto, um limite de tempo para utilizar a sala do Zoom. Então, por mais que eu queira ouvir todo mundo, não podemos ficar por tempo ilimitado. Agora vamos ouvir o Roberto Soares. Quero te agradecer pela presença, Roberto, que é também da direção da UESPA. Muito importante o movimento cultural estar presente aqui no debate conosco, quem organiza e luta em defesa do carnaval na nossa cidade. A palavra está contigo.

SR. ROBERTO SOARES: Boa tarde a todos, cumprimentando o Ver. Giovani, eu cumprimento a todos os vereadores aqui presentes e também o poder público que talvez se encontre ainda aí. Eu também quero agradecer a presença dos nossos companheiros de lutas, de todas as ações sociais, todos



representantes. Sou coordenador adjunto do Colegiado de Culturas Populares do Rio Grande do Sul, sou carnavalesco da UCP e estou no departamento jurídico da UESPA, que é uma das ligas do nosso carnaval. O carnaval é muito discriminado, mas poucas pessoas têm o conhecimento de que o carnaval promove a integração das pessoas, independente da sua classe social, etnia, idade ou religião, mas, acima de tudo, quando um carnavalesco fala, ele tem o direito de usar a palavra, porque o preconceito é muito grande, então são poucas as vezes que a gente tem essa oportunidade; quando nós falamos, nós falamos da população, falamos com o interesse do povo, no povo. É o que o carnavalesco vem fazendo atualmente, desde que se deu esse problema das enchentes e nos causou uma preocupação imensa. Vou deixar bem claro aqui: o carnaval nunca foi contra a quererem colocar as pessoas lá no Porto Seco, muito pelo contrário, o carnaval está à frente de diversos movimentos – eu vi um colega falando do Sarandi –, abastecendo, ajudando, entregando mais de mil marmitas através de ligas de escolas e movimentos dos carnavalescos, ajudando a sociedade. O que o carnaval se preocupou e se preocupa é alocar essas pessoas longe do seu contato social, do seu convívio social, lá no Porto Seco, onde é um lugar insalubre, um local sem as mínimas condições. E agora, para colaborar mais com a nossa afirmativa, porque nós falamos com propriedade, eu estou há 50 anos na prática do carnaval e sei do que eu estou falando. O Porto Seco não oferece as mínimas condições de se colocar um ser humano para morar lá, mesmo que provisoriamente. Agora para, afirmar as nossas preocupações, estão colocando – nós temos os vídeos ou vocês podem ir lá ver para afirmarem – os restos de lixo do que estão recolhendo nas ruas tudo ali no Porto Seco. Vão jogar essas pessoas junto com lixo, é essa a nossa preocupação. Nós estamos preocupados com o ser humano, nós estamos preocupados com as pessoas, e é isso que nós estamos lutando para que as pessoas tenham um lugar digno. Que se ofereça uma moradia digna para o ser humano, que respeite o ser humano que já está vivendo todo esse problema, toda essa dificuldade. Eu acho que o ser humano tem que ser mais



respeitado e não jogar o ser humano lá naquele lugar totalmente sem condições de convívio.

Eu peguei um pouco da fala da secretária Simone, e ela nos traz realmente aquilo que a gente pensa, que tem, sim, condições de ter planejamento, de ter a prevenção de tudo o que aconteceu. Porque, se tivesse prevenção, não aconteceria, mas a secretária Simone foi muito feliz, e nos contempla no momento em que ela deixa, na fala dela, bem claro para nós que tem sim condições de planejamento e de alocar essas pessoas desabrigadas em outros locais com mais conforto e mais respeito ao ser humano. Obrigado.

PRESIDENTE GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Obrigado, Roberto. O Sr. Bruno, da Vila Farrapos está com a palavra.

SR. BRUNO JOSÉ: Bom dia, gente, eu estou aqui na Vila Farrapos neste momento. Eu queria registrar primeiro a minha indignação com a proposta da Prefeitura de cidades provisórias. A gente conhece a história das cidades provisórias em outros países que, de provisórias de seis meses, um ano, se transformaram em cidade de lata para retirar as pessoas dos seus territórios. A Vila Farrapos não vai sair do seu território ainda que o prefeito Melo não conserte as comportas, como aconteceu com a comporta 14 que alagou o bairro, não coloque bombas nas casas de bombas, como fez em várias casas de bombas aqui, nem geradores nas casas de bombas. A gente tem total desacordo com a proposta do prefeito, e eu estou com a câmera aberta porque eu quero mostrar para vocês um pouquinho do que é a Vila Farrapos hoje. (Exibe vídeo.) Olha aqui ó, esse amontoado de móveis das pessoas jogados nas laterais das ruas é o resultado da política do DMAE do prefeito Melo. Isso aqui é o resultado da política habitacional e da política hídrica do prefeito Melo, que não tem política de Estado. Então querer vir aqui dizer que cidade provisória, é o resultado que ele consegue chegar, é porque ele não fez o trabalho dele. Nós temos que tirar o Melo da Prefeitura. Obrigado, companheiro.



PRESIDENTE GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Obrigado, Bruno. Agora é o Renan, e depois o Tiago. Eles amaram a tua fala, está garantida, tu estás na lista daquelas e daqueles que irão falar e ficarei para ouvir todos e todas.

SR. RENAN DA SILVA: Olá, bom dia a todos e a todas. Primeiramente queria pedir desculpas...

PRESIDENTE GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Bom dia, Renan, um grande abraço em ti.

SR. RENAN DA SILVA: ...pelo atraso e pelas colocações por mim escritas no *site* ali. Com uma reunião com quase 200 pessoas, pela importância da pauta, Ver. Giovanni, acontecem esses atrasos e esses descontentamentos, digamos assim, por muitos a lideranças que não são ouvidas. Esse espaço acho que é para isso, é para que as lideranças de base comunitárias sejam ouvidas. Eu sou Renan da Silva, presidente do Instituto Cultural Arraial da Glória, conselheiro da Cooperativa Unidos da Glória – COUNIG sou suplente da temática de habitação da cidade e conselheiro suplente do plano diretor pelo COP. Eu acho que fui contemplado pela fala do meu compadre Roberto Soares na questão do povo carnavalesco, que eu também represento, e na questão contraditória: todo mundo sabe que não é simplesmente jogar as pessoas lá no Porto Seco. Ou como fizeram também com a duplicação da Av. Tronco, que tiraram as famílias de dentro das suas casas e até agora ainda temos quase 600 famílias sem receber a sua moradia porque não optou pelo... Mas eu vou não vou falar na questão, na catástrofe que nós estamos enfrentando porque eu estou na linha de. Quem me conhece sabe que eu moro, há um ano e meio, no Lami, eu fui um dos atingido. Faz três semanas que eu não entro dentro da minha casa, estou aqui na sede acampado. Graças a Deus, eu tenho esse espaço em que eu posso ficar provisoriamente. Mas eu quero falar do mandato



do Comathab, do qual fui conselheiro pela região Glória e Cruzeiro e que, por muitas vezes, nós colocamos... porque eles abriram expressamente o Comathab para começar a utilizar o recurso que lá estava parado, e o governo precisava utilizar. Nós fizemos tudo que eles pediram com o secretário André Machado, liberamos recurso, aumentamos a questão do RH, aumentamos o aluguel social que, para mim, não é uma política e a gente sempre está falando da questão das cooperativas organizadas de Porto Alegre para que fizessem a transferência das áreas para as cooperativas. Porque, se fizessem, muitas pessoas que foram atingidas hoje, moram em local inadequado, culpa do DEMHAB, da Secretaria Municipal de Habitação do Município, que não ouviu o conselho. E eu aqui, como conselheiro, fico triste de dizer isso, mas tem que terminar com o Orçamento Participativo. Tem que ter um novo orçamento, uma nova forma de se ouvir os conselhos regionais e dar oportunidade para as pessoas poderem se manifestar e construir a política social de habitação para nós. Área tem, tem muitas áreas, e eu digo: indo daqui para lá, na própria, antes da tala, lá no Lami, tem uma área onde eles não pagam imposto por muito tempo, e várias áreas dentro de Porto Alegre e as áreas de interesse sociais que estão concentradas na mão do governo e na mão de grandes empresários da riqueza do nosso Município Porto Alegre. E agora nós estamos pagando, e o nosso povo está sofrendo. E a gente tem sugestões, sim, Giovani. E eu quero participar dessa construção, porque eu trabalhei nas casas emergenciais para o DEMHAB, tem área. Se querem botar as pessoas e outros lá, nós não vamos. Construam habitação, uma casa é 5,40 por 5,40, com um banheiro de material, não sai por mais de 10 mil. Tem área aí, vamos dar as áreas para as pessoas. A nossa cooperativa faz três anos que está pedindo a transferência de uma das áreas desapropriadas dentro da Tronco e não nos transferem. E o programa nacional do Minha Casa Minha Vida ele diz que a cidade pode transferir as áreas. Nós não estamos pedindo nada, nós queremos o que é nosso, que nós compramos com nosso dinheiro; ou a Prefeitura comprou com o dinheiro dela? De onde é que é esse dinheiro? Esse dinheiro é



nosso, do povo, gente. Então, tem como fazer, a gestão pública não fez porque não quis! E nós estamos sofrendo por causa deles.

PRESIDENTE GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Perfeito, muito obrigado, Renan. Obrigado, Elisamar, por me chamar a atenção mais uma vez. Construimos aqui coletivamente a condução. Então vamos, antes de passar para o Tiago, mais uma vez ter uma inscrita mulher, a Maria Inês. E, Maria Inês, tu não havias te inscrito no chat, tu tinhas levantado a mão, então quero te pedir desculpas, porque a gente tinha combinado que as inscrições seriam pelo chat, por isso passou batido, mas estou aqui fazendo o reconhecimento, e justo por esse reconhecimento que fiz também questão de ouvir todos e todas. A palavra está contigo.

SRA. MARIA INÊS: Muito obrigada, muito prazer em te conhecer pessoalmente, porque eu te acompanho só pelas redes sociais e que bom que nós temos uma pessoa jovem representando uma parcela muito importante da população de Porto Alegre.

Bom, todas as pessoas que me antecederam falaram muito bem e assertivamente sobre a cidade de Porto Alegre, a cidade que é construída por todas e todos nós e que é diferente da cidade do Melo. Eu quero só falar sobre a questão da saúde, gente. As pessoas já estavam doentes mentalmente e essa enchente só vai piorar a situação da saúde emocional e da saúde mental das pessoas. Então é importante que a gente não tenha essa cidade provisória, que a gente sabe que de provisório não vai ter nada. Nós temos, em Porto Alegre, por essa enchente, 16 unidades básicas que foram atingidas pelas águas. Mas é importante na saúde as pessoas manterem o vínculo, vocês todos que acompanham aqui sabem, são lutadores do movimento social, que a Prefeitura de Porto Alegre – já começou na gestão do Marchezan e continua na gestão do Melo – entregou as unidades básicas, entregou a saúde para empresas privadas. A movimentação da equipe de profissionais de saúde muda bastante, mesmo assim as pessoas mantêm o vínculo com a unidade, é



importante na saúde o vínculo, tu não podes um dia expor a tua vida para um profissional de saúde e na outra consulta tu expores tudo aquilo para uma outra pessoa, é muito sofrimento. Então é importante que se mantenha, para a saúde mental e emocional dessas pessoas, as pessoas no seu próprio território, aonde as crianças vão nas escolas, onde a saúde vai ser atendida no mesmo local. Claro que vai ter que se reconstruir, mas vamos reconstruir em outros parâmetros, pensando na natureza, pensando na infraestrutura necessária, pensando numa cidade mais amorosa, mais acolhedora, que é isso que nós queremos.

Era isso, só reforçar que o Conselho Municipal de Saúde, embora sendo muito atingido por essa gestão, continua na luta, continua com os nossos conselhos locais, que são os locais, como a Michele falou, e outras pessoas também lembraram, o Lukão, um grande lutador nosso na saúde, os conselhos locais são espaços de luta, de discussão da saúde e de toda política da nossa cidade. Era isso, já sei que está passando do tempo – né, Giovani –, então estamos juntos na luta e mais uma coisa muito importante, gente, não vamos deixar de responsabilizar o Executivo da cidade. O Melo tem responsabilidade, temos que ir para o Ministério Público, temos que ir para o Tribunal de Contas e principalmente temos que fiscalizar todo esse dinheiro que está vindo do governo federal para Porto Alegre. E nós sabemos também que já estão sendo desviadas doações e tudo mais para a campanha da direita. Então nós temos que exercer o nosso papel, sim, de lutadores sociais, mas também de fiscalizadores e de prestar atenção no que a gente pode denunciar. Era isso, muito obrigada.

PRESIDENTE GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Muito obrigado, Maria Inês, eu quero aproveitar a tua fala para fazer um pedido a ti e um pedido também ao Roberto e ao Renan, que falaram aqui, que são representantes da luta do carnaval na nossa cidade. Se vocês puderem enviar um posicionamento do Conselho Municipal de Saúde sobre esse tema da cidade provisória e os recortes de saúde nesse debate, eu peço, faço essa solicitação.



Se puderem fazer o encaminhamento do conselho, formal, contribuindo nesse debate, nos instrumentaliza para essa luta. E eu sei que o movimento em defesa do carnaval da cidade também já se posicionou; então, se vocês puderem encaminhar formalmente para a Câmara, para a CUTHAB, para que a gente possa anexar à nossa ata e também utilizar como instrumento nesse debate ao longo dos próximos dias. Então eu quero chamar agora o Tiago e, na sequência, será a Elisamar. O Sr. Tiago Pedroso está com a palavra.

SR. TIAGO VASCONCELLOS PEDROSO: Boa tarde, boa tarde, vereador, boa tarde a todos e todas, me apresentando aqui, eu estou na diretoria financeira do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre e Região e na Secretaria de Relações de Trabalho da CUT do Rio Grande do Sul. A gente aqui está com um grupo de trabalho debatendo essa questão da moradia em função dessa situação de calamidade, mas é importante fazer esse registro. Primeiramente, parabenizar e valorizar o trabalho dos servidores públicos, dos servidores municipais, que se esforçaram desde antes do período dessa situação, apontando as necessidades que o Município precisaria dar conta para dar garantia e dar segurança ao sistema de inundações, como também apontando os problemas de gestão que infelizmente se mostraram, se não o único, mas dos principais causadores da situação que a gente chega. Então, é lamentável, quer dizer, perderam-se vidas, as pessoas perderam perspectiva, perderam emprego. E a gente, enquanto CUT também, sente a necessidade e obrigação de também fazer esse debate, porque ele é necessário. Se no primeiro momento o fundamental é salvar vidas, é acolher, é levar o alimento, levar água, agora, também, além da reconstrução, é fazer o debate para que isso não se repita mais, inclusive a questão da responsabilização, que ela é necessária. Mas, assim, entrando na questão da habitação, acho que é importante a gente fazer o debate, que há sim a necessidade da utilização dos imóveis públicos, mas também a gente tem que fazer o debate sobre os vazios urbanos, quer dizer a especulação imobiliária. E principalmente naquela situação em que as pessoas não puderem voltar para o seu território, que seja



também dado a condição de não ter somente o processo de colocar num lugar, de criar um gueto, mas, não, de que a pessoas tenham acesso aos serviços públicos, mas também se considere a questão econômica das famílias que vão para lá, porque hoje ela já vive uma realidade, uma dinâmica. Então, tem que se pensar em tudo: questão da moradia, questão do transporte, questão do acesso aos serviços e aos bens públicos, também a questão do trabalho decente. E fundamentalmente é a discussão dos territórios, porque a gente percebe também que havia, antes dessa situação, uma tentativa de vigilização de algumas áreas que são consideradas áreas, futuramente, extremamente interessantes do ponto de vista econômico. E, de certa forma, essa inércia em atender a comunidade ali, digamos, da região norte, ali do Humaitá, Farrapos, muito estranha a situação. Quer dizer, há um constante interesse em excluir essas pessoas daquele território. E a gente tem que fazer o debate para que as pessoas permaneçam nesse território, e que seja, sim, garantida a segurança de quem mora, em lugares seguros, mas que também tenham essa identificação com seu território. Então tem muita área ali no 4º Distrito que é possível...

PRESIDENTE GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Para concluir, Tiago.

SR. TIAGO VASCONCELOS PEDROSO: Para concluir, vereador, a CUT também está presente, está à disposição, assim como o Sindbancários, cumprindo seu papel social. E a gente não pode esquecer das pessoas em situação de rua. A gente tem a cozinha solidária, o movimento social, como um todo, tem atuado em várias frentes. E a população de rua também precisa dessa atenção. Quero agradecer a oportunidade, é importante esse trabalho e contem com a gente nessa luta.

PRESIDENTE GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Muito obrigado, Tiago. Então, agora, Elisamar, depois, Diaran, se eu estiver falando o nome



certo. Teu microfone já está aberto, Elisamar. Agora eu te reconheci, agora que tu abriste a câmera eu te reconheci. Um abraço apertado em ti.

SRA. ELISAMAR RODRIGUES: Bom dia, Vereador. Querido, como eu disse, eu estava em deslocamento, indo lá no extremo, digamos assim, na Lomba do Pinheiro e Lami, porque a gente estava visitando as comunidades indígenas hoje pela manhã, enquanto Fórum de Mulheres de Porto Alegre, mandato da deputada Sofia Cavedon, e também enquanto Comissão dos Direitos Humanos do nosso Fórum de Segurança aqui da região. Então a gente parabeniza e agradece a oportunidade, agradece a possibilidade de a gente estar tendo essa conversa, infelizmente é, mais uma vez, por uma questão da falta de atenção e escuta dos movimentos sociais, de mandatos de fato comprometidos com a cidade e com a sociedade desta cidade. Quero dizer que como dói ver como os nossos povos originários estão sendo tratados na nossa cidade. A questão lá da aldeia charrua Polidoro, não sei se tu és conhecedor, mas vários de nós somos, e, com certeza, sabem que é uma desumanidade com os nossos charruas, que são a resistência da resistência no Estado do Rio Grande do Sul, inclusive aquela comunidade charrua ali. As casas deles, aquele processo demorado dentro do DEMHAB, a Simone Somensi conhece, sabemos que ela teve um empenho, um comprometimento, mas tem coisa que não depende só da secretaria dela, não dependeu, mas a gente pede para que tenham esse olhar, porque, infelizmente, em nível de Defesa Civil, ou até mesmo de CRAS, agora, nesse tempo de catástrofe, eles não estão tendo uma assistência, não estão tendo as mínimas necessidades atendidas, de Iona, Giovani. Eu estou trazendo esses casos específicos porque eles são específicos, e nós temos que tratá-los como especificidades prioritárias também, por serem povos originários. Eu pedi para falar sobre isso, mas eu também estou vivenciando, vou mostrar aqui para vocês, uma realidade de dois abrigos em Porto Alegre, onde eu estou responsável; os dois ficam na Vila Nova. A gente sofreu, num deles inclusive, um ataque político – eu posso dizer assim – muito forte, de uma rapaziada que compõe a Associação Cultural e Social Vila Nova, no



centro-sul de Porto Alegre. É uma questão que, hoje, já está no nível do Ministério Público, por perseguição política, por violência à mulher, uma tortura, dá para se dizer assim, usaram de situações muito complicadas, que nem gosto de falar aqui, mas já está tudo no inquérito civil. Importante seria também a visita da CUTHAB aqui, tem pessoas do Humaitá nos nossos abrigos. Seria importante também que os nossos vereadores começassem a visitar com mais frequência os nossos abrigos, porque, por exemplo, eu andei fazendo visita a alguns abrigos que estão sob a organização de algumas ONGs e algumas empresas parceirizadas com o Município, onde as pessoas estão pagando R\$ 150,00, R\$ 300,00, R\$ 250,00, um dinheiro que nem tem, ou do dinheirinho dos programas que estão pegando agora, para deslocamento para suas casas, ou para comprar telha, coisa desesperadora de acontecer. Por quê? Porque não tem nenhuma informação que existe a central de transporte à disposição dos abrigados para voltarem para suas casas ou se deslocarem, enfim, até um local de abrigo, com familiar, enfim. Então, é isso, a gente sabe que estar andando e tendo que trocar a roda é uma catástrofe, mas o nosso Município de Porto Alegre, a gestão se mostrou, como a gente vem falando, como a gente vem dizendo: de incompetência, de irresponsabilidade e de inoperância em relação à situação da vida das pessoas da cidade de Porto Alegre. Obrigada pela oportunidade.

PRESIDENTE GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Eu que agradeço, Elisamar. Quero já me comprometer contigo, e vou te procurar, para a gente organizar essa visita, a partir da CUTHAB, ao abrigo, e a gente poder também buscar contribuir no tema dos povos originários, das comunidades indígenas da nossa cidade que tu relatas aqui. O Sr. Diaran está com a palavra.

SR. DIARAN SILVA: Boa tarde a todos; boa tarde, vereador, parabéns pelo grande evento; boa tarde a todos que estão participando. A minha pergunta, o meu questionamento, é o seguinte: aqui na nossa comunidade a gente tem mais de 40 pessoas que ficaram desabrigadas, e está sendo uma briga imensa



para conseguir alimento para essas pessoas, e também tem as pessoas que não estão trabalhando, pois as empresas estão fechadas, elas estão em casa. Eu queria saber como é que está acontecendo essa distribuição dos alimentos. A gente vê carretas, caminhões chegando com alimentos, mas não vê distribuições para essas pessoas que precisam realmente. Tem muitas pessoas que ficaram desempregadas, tem muitas pessoas que estão em casa cuidando dos filhos, nem escola tem, entendeu, vereador? E eu queria saber como é que está funcionando isso. Eu sou líder comunitário aqui da Lomba do Pinheiro da parada 2, também sou líder comunitário na parada 13 e presidente da rádio Lomba do Pinheiro – FM 87.9, que é uma rádio 100% legalizada. O pessoal liga muito para a rádio, perguntando como é que está essa distribuição de alimentos, como é que não está. Há pouco tempo a gente teve, vereador, aqui na parada 13, distribuição de alimento—disseram que era para as pessoas desabrigadas, mas, na verdade, assim, teve gente da própria família, em que cinco, seis moram juntos, pegaram a cesta. E aqui na parada 2, 3 e 1, está abandonado; na verdade, está abandonado, porque tudo, parece que começa lá da parada 5 para lá, vereador. E a gente está batalhando. Hoje mesmo, há pouco tempo eu cheguei, até estava participando da reunião no CAR, a gente foi atrás de donativo, de alimentos, coisa e tal, mas não conseguimos nada. Estivemos lá também na Defesa Civil—o depósito está lotado lá na Defesa Civil. Se o senhor vir lá, o senhor vai ver, muitos foram na Defesa Civil, mas dizem que é para os abrigos. Pô, se os abrigos estão precisando, e tem abrigo que não está recebendo, onde é que está indo, então? E eu digo, vereador, eu queria que o senhor me desse uma resposta ou me retornasse com uma resposta, como é que está sendo feita essa distribuição de alimentos. Tem muita gente desempregada, tem muita gente que está fora de casa, como aqui na nossa comunidade tem mais de 40, certo. E eu brigo com um, brigo com o outro, eu sou o cara que mais briga, já fui conselheiro também do Plano Diretor, sou conselheiro hoje da temática de cultura e educação, mas está sendo difícil, vereador. Eu acho que assim, vou ser bem sincero, como é que eu sempre digo, vejo muita gente distribuir coisas aqui na Lomba, mas só para



os amigos do rei. Eu, como não tenho partido, não tem um vereador que nos apoie, aí a gente não ganha nada. Pô, é complicado, vereador; então, queria ver com o senhor, com mais membros, entendeu, o que pode ser feito a respeito disso. Acho que tem que ter uma fiscalização mais rígida, certo. Eu já fiz inscrições em vários locais para receber, fiz inscrições também, concluindo, no 156. O caminhão esteve aqui, deixou cinco cestas e material de limpeza, mas não supriu todo mundo. Então, seria isso, vereador; agradeço, gostaria que me convidasse para todas as reuniões porque eu quero participar. Obrigado.

PRESIDENTE GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Perfeito, Diaran. A gente te mandou uma mensagem no privado para tu passares o teu número para gente poder acompanhar esse caso específico. Quem faz a gestão da distribuição das cestas é o Executivo, é a Prefeitura. E nós temos cobrado exatamente o que tu trouxeste aqui, quais são os critérios. Nós estamos cobrando transparência, nós temos casos como esse que tu relataste e casos, por exemplo, de abrigos que atendem 100 pessoas, e quando a Prefeitura chega, deixa apenas oito cestas, sem uma previsão de quando haverá nova entrega. Então, essa é uma luta que a gente tem tocado para uma melhor organização, para o atendimento da demanda, para a garantia de critérios e transparência. Então a gente pediu o teu número, se tu puderes nos responder, para que a gente possa acompanhar o teu caso individualmente também, como a gente tem feito em diversos outros pontos da cidade. Agora, a Luciana vai se manifestar; depois, nós encerramos a reunião.

SRA. LUCIANA BETTONI: Bom dia a todas e a todos. Bom, eu gostaria de falar para contemplar todas as falas que foram feitas aqui... Chego me apresentando: sou Luciana Bettoni, sou educadora, comunicadora, trabalho com educação popular, com educação social, com educação midiática e com inclusão digital. E o denominador comum aqui entre todas as falas, eu acho que uma das coisas que mais me chamou a atenção é que o que está faltando



aqui em Porto Alegre, além de coisas que são necessidades e direitos do ser humano, que é lá na base, que é dignidade e outras coisas... Isso não temos ainda, espero que tenhamos. O que está faltando, o que eu vejo, já que eu trabalho com a inclusão digital... Muita gente está me procurando, porque eu faço parte de coletivas diversas. Pelos lugares por onde eu passo, eu sempre faço a provocação: gente, a inclusão digital é para que e para quem? O que adianta ter? E a inclusão digital é a comunicação, a comunicação digital. O mundo cada vez mais digital, mais híbrido. É muito lindo falar sobre tudo isso, mas será que chega a internet de qualidade na periferia? Será que chega a internet? Será que as pessoas sabem usar as ferramentas digitais nas comunidades? Eu estou fazendo parte do grupo de trabalho do Fórum das Periferias. Fariamos uma roda de conversa sobre isso, mas tivemos que cancelar o fórum devido às chuvas. Vou retificar minha frase: devido às enchentes, devido à crise climática e às gestões da cidade, enfim, não é a chuva, a culpada não é a chuva, as culpadas são a gestão e a crise ambiental somada com políticas públicas, enfim, tudo junto. A culpa não é da chuva, a chuva sempre é bênção, a chuva existe desde que o mundo é mundo; a chuva não é culpada, a culpada é a gestão que a cidade tem sobre a chuva. Mas, concluindo a minha fala, eu quero me colocar aqui à disposição. As pessoas, às vezes, não sabem preencher formulário; e outra, o que vocês estão falando agora, eu estou vendo as pessoas das comunidades me ligando e mandando WhatsApp e dizendo: Luciana, a gente tem que preencher muita burocracia... Eu falo isso e já falei em outras reuniões: desburocratização para chegar água, comida e outras coisas mais; os benefícios que as pessoas precisam ter nesse momento, tem que entrar com documentação, e coisas... Então, eu me coloco à disposição, na área da comunicação e da inclusão digital para poder ajudar um pouco mais essas pessoas que estão precisando, porque eu estou—agora terminando a minha fala -, na região centro, agradeço ao Felisberto, que foi quem me apresentou ao Fórum das Periferias. Eu digo que ele é meu conselheiro, porque eu estou aqui na região centro, moro ao lado do Sete, centro esportivo, o abrigo emergencial. Então, as pessoas falam que, tem que



ser de uma vez por todas para as pessoas entenderem, não é que é agora a voz e vez das comunidades, sempre foi, só que elas não são invisíveis, elas são invisibilizadas—é bem diferente. E se eu puder, como ferramenta, ajudar a ter voz e vez, serei. Estou à disposição de vocês. Muito obrigada.

PRESIDENTE GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Eu que agradeço, Luciana, muito bonita a tua fala. Eu quero agora fazer um fechamento, né gente. Nós tivemos aqui mais de 150 pessoas que passaram pela nossa reunião e isso demonstra como também foi dito aqui em inúmeras falas, mas inclusive por ti Renan, que essa presença significativa é resultado da importância e da urgência desse tema, para cidade, para o povo de Porto Alegre. Porque nós sabemos bem que direta ou indiretamente toda a cidade foi atingida, mas nós não fomos atingidos todos da mesma forma. É o povo mais pobre da nossa cidade, que já sofre há anos e anos com a ausência de políticas públicas, os mais afetados no momento como esse. Então essa presença é fruto da importância do compromisso que o nosso povo tem inclusive de participar quando possibilidades de participação são garantidas. E eu fico bastante feliz e orgulhoso que a CIUTHAB tenha aberto as suas portas. Nós sabemos que muitas vezes a Câmara de Vereadores fecha as suas portas, mas o nosso compromisso é de manter as portas da CUTHAB abertas para o debate e para a luta coletiva. Então ouvir cada um e cada uma de vocês foi muito importante, nós vamos sistematizar todas as contribuições que foram dadas, nós já vamos sair daqui com encaminhamentos concretos. Então nós vamos estabelecer um fórum permanente de discussão, e a partir da sistematização das contribuições que foram dadas aqui, em especial aquilo que foi também reafirmado de que existe, sim, terrenos e espaços públicos à disposição que precisam ser utilizados imediatamente para garantia de moradia digna para as pessoas. Então essas contribuições, com centralidade nessa, nós levaremos para a audiência da segunda-feira, às 10h30min. E eu acho que, fundamentalmente, o principal recado é que todas as falas aqui rechaçaram a ideia de uma cidade provisória enquanto um espaço que reúna e



segregue todos aqueles que já foram vitimizados por essa tragédia que nós estamos vivendo. Então, se forem necessários espaços e estruturas provisórias, que esses abrigos sejam próximos aos territórios de origem, garantindo a dignidade das pessoas, garantindo as políticas públicas, o acesso aos serviços públicos. E que eles sejam provisórios, que o provisório não se torne permanente porque, infelizmente, o que a gente tem visto como permanente é a ausência de uma política de moradia na nossa cidade como nós precisamos. Então eu quero agradecer a todo mundo, contem com a gente, contem com a CUTHAB.

Preciso fazer um agradecimento, em especial, à Ver.^a Karen, ao Ver. José Freitas, que não se manifestaram aqui na reunião, mas acompanharam o nosso debate até o fim e estão aqui na sala neste momento. Também um abraço, um agradecimento especial aos servidores e às servidoras da Câmara que estão aqui conosco até este momento. A gente está consolidando a CUTHAB como a comissão que mais se estende no horário das suas reuniões, mas é pela complexidade e pela importância das nossas discussões. Eu quero agradecer aos servidores da Casa, muito obrigado, gente, um grande abraço, e que a gente se reencontre em breve em momentos melhores do que que a gente tem vivido hoje. Beijo grande.

(Encerra-se a reunião às 13h11min.)